

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

elaborada por
Silvia Ferreto da Silva Moresco

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Maiane Liana Hatschbach Ourique, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Neila Pedrotti Drabach, Me. (UFSM)

Alexandra Silva Dos Santos Furquim, Me. (UFSM)

Agudo, 30 de novembro de 2013.

“Dedico este trabalho a todos os alunos e colegas que colaboraram para a sua realização”.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

AUTORA: SILVIA FERRETO DA SILVA MORESCO
ORIENTADORA: MAIANE LIANA HATSCHBACH OURIQUE
Agudo/RS, 30 de novembro de 2013.

Este estudo teve como objetivo investigar o processo de implementação do Ensino Médio Politécnico no Instituto Estadual de Educação Ernesto Alves, Rio Pardo, Rio Grande do Sul. Esta concepção de Ensino Médio busca a articulação entre as áreas de conhecimento e seus componentes curriculares com as dimensões de Ciência, Cultura, Tecnologia e Trabalho. Levantou-se como hipótese que a qualidade da educação a nível médio tende a melhorar após esta mudança estrutural e paradigmática. Nesta perspectiva, desenvolveu-se uma pesquisa de natureza aplicada, numa abordagem qualitativa, com objetivos exploratórios, do tipo estudo de caso. Como instrumentos de coleta de dados utilizaram-se questionários, um específico para alunos e outro para professores. A análise dos dados baseou-se na técnica de análise de conteúdo, uma metodologia de pesquisa utilizada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Os resultados obtidos apontaram certa insatisfação dos alunos e professores quanto à implementação do Ensino Médio Politécnico, principalmente em relação à falta de investimentos do Estado em infraestrutura, qualificação de professores para o trabalho com pesquisas interdisciplinares e diminuição da carga horária das disciplinas de formação geral em detrimento da carga horária do Seminário Integrado. No âmbito da gestão educacional, este estudo pode servir como base para futuras decisões educativas, curriculares e pedagógicas.

Palavras-chave: Politecnia, Educação, gestão educacional.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

(POLYTECHNIC SCHOOL: A NECESSARY REFLECTION)

AUTHOR: SILVIA FERRETO DA SILVA MORESCO

ADVISER: MAIANE LIANA HATSCHBACH

Agudo/RS, 11 de novembro de 2013.

This study aimed to investigate the implementation of the Polytechnic High School in a State Institute of Education of the State of Rio Grande do Sul. This conception of High School seeks an articulation among the areas of knowledge and its curriculum components with dimensions of Science, Culture, Technology and Work. It have hypothesized that the quality of high school tends to improve after this structural change and paradigm. In this perspective, it was developed a research of an applied nature, a qualitative approach with exploratory objectives of the case study. As instruments of data collection are used two different questionnaires, one for students and one for teachers. The data analysis was based on the technique of content analysis, a research methodology was used to describe and interpret the contents of all kinds of documents and texts. The results indicate a significant dissatisfaction of students and teachers on the implementation of the Polytechnic School, especially in relation to the lack of state investment in infrastructure, qualification of teachers to work with interdisciplinary research and the decrease of workload disciplines to general education at the expense of the workload of the Integrated Seminar. In the context of educational administration, this study can serve as a basis for future educational, curricular and pedagogical decisions.

Keywords: Polytechnic, Education, and Educacional Management.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. REFERENCIAL TEÓRICO	9
1.1 A reestruturação e Expansão do Ensino Médio no Brasil.....	9
1.2 Ensino Médio Politécnico.....	13
1.3 Politecnia.....	15
1.4 Interdisciplinaridade.....	18
1.5 A Pesquisa.....	21
1.6 Educar para a Sociedade do Conhecimento.....	24
1.7 Alunos X Sociedade do Conhecimento.....	25
1.8 O Papel do Professor na Sociedade do Conhecimento.....	28
1.9 Gestão Escolar	31
2. METODOLOGIA	33
2.1 Sujeitos de Pesquisa.....	33
2.2 Coleta de Dados.....	33
2.3 Análise de Dados.....	34
2.3.1 Categoria de Análise I – O Conceito de Politecnia	34
2.3.2 Categoria de Análise II – Ensino Médio Politécnico.....	35
2.3.3 Categoria de Análise III – Razões da Matrícula no Ensino Médio Politécnico.....	36
2.3.4 Categoria de Análise IV – O aluno e a Pesquisa.....	38
2.3.5 Categoria de Análise V – Seminário Integrado.....	40
2.3.6 Categoria de Análise VI – Ensino Médio Politécnico X Qualidade ..	43
2.3.7 Categoria de Análise VII – Visão dos Professores Sobre a Implementação do Ensino Médio Politécnico	45
2.3.8 Categoria de Análise VIII – O Olhar dos Professores Sobre o Seminário Integrado	47
2.3.9 Categoria de Análise IX – Ensino Médio Politécnico: pontos positivos e negativos	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	60

INTRODUÇÃO

A educação básica brasileira é marcada pelo princípio da descontinuidade, ao passo em que é permeada por medidas que promovem rupturas ou continuidade nas políticas públicas educacionais. Enquanto processo social construído historicamente, caracteriza-se como um jogo de interesses entre o poder público e a sociedade civil.

A gestão educacional é baseada na organização dos sistemas de ensino federal, estadual e municipal. Cada sistema tem funções a desempenhar no contexto educacional brasileiro. As escolas fazem parte dessa organização. A gestão escolar tem como função o controle e a regulação do trabalho, com o propósito de garantir que as leis e as normas sejam cumpridas, assegurando a todos os cidadãos o direito à educação.

Considerando a gestão educacional, entende-se que o desenvolvimento da qualidade do ensino no Brasil exige uma orientação mais abrangente, com planejamento de longo prazo, sem ações isoladas e paliativas, marcadas pelos interesses econômicos e intenções ideológicas do governo vigente em cada momento histórico.

Acredita-se, ainda, que a baixa qualidade da educação brasileira é resultado da falta de articulação entre ações isoladas, como por exemplo: uma mudança de metodologia do ensino que é “proposta/imposta” pelo governo, sem a realização de um estudo piloto, sem investimentos na infraestrutura das escolas, formação em serviço adequada aos profissionais da educação e remuneração digna aos mesmos. De que adianta uma ótima proposta pedagógica sem profissionais qualificados e infraestrutura para traduzi-la em ações educativas de qualidade?

Neste intuito, com base nos princípios definidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) e nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCN, 2000), o Ministério da Educação, institui a gestão democrática da educação, propondo a construção de práticas nas escolas voltadas à transformação social, com base na participação de toda a comunidade escolar. Esta tendência busca a mediação entre recursos humanos, materiais, financeiros e pedagógicos, existentes nas instituições escolares, com o objetivo de promover uma formação cidadã. Este tipo de formação não visa somente à preparação para o

trabalho, mas também à emancipação cultural dos educandos, de forma que estes venham exercer um papel ativo e participativo na comunidade em que vivem (BRASIL, 2000).

Neste contexto, a Secretaria da Educação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul propôs a reestruturação do Ensino Médio, estabelecida como prioridade pelo Plano de Governo 2011-2014. Esta leva em conta os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, incluindo a concepção para o Ensino Médio no que diz respeito à sua finalidade e modalidade nela presentes. A proposta de reestruturação do Ensino Médio do Estado do Rio Grande do Sul tem como base o Plano de Reestruturação e Expansão do Ensino Médio no Brasil, GT Interministerial instituído pela Portaria nº. 1189 de 05 de dezembro de 2007 e a Portaria nº, 386 de 25 de março de 2008 e da resolução sobre Diretrizes Curriculares para a Educação Básica emitida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que se encontra em tramitação no Ministério da Educação para homologação.

A proposta de Reestruturação e Expansão do Ensino Médio no Brasil estabelece como prioridades: a democratização da gestão, o acesso à escola, o conhecimento com qualidade cidadã; a aprendizagem e o patrimônio cultural, a permanência do sujeito na escola, além da qualificação do Ensino Médio e Educação Profissional.

A qualidade cidadã ancora-se basicamente em três fatores estruturantes: valorização profissional, diretamente relacionada à questão salarial, à carreira e à formação inicial e continuada; reestruturação física da rede estadual de ensino; e reestruturação do currículo da educação básica, em especial o ensino médio.

A proposta do Ensino Médio Politécnico tem por base na sua concepção a dimensão da politecnia. Esta procura a articulação das áreas de conhecimento e suas tecnologias com os eixos: cultura, ciência, tecnologia e trabalho enquanto princípio educativo. A execução desta proposta demanda uma formação interdisciplinar, partindo das concepções espontâneas construídas socialmente e dos conteúdos formais para interferir nas relações sociais e de produção na perspectiva da solidariedade e da valorização da dignidade humana.

Esta nova modalidade de ensino busca ainda reverter o alto índice de evasão e reprovação, mas acima de tudo por apresentar uma forma de ensino médio que

oportunize ao sujeito a construção de projetos de vida pessoais e coletivos que assegurem a inserção social e produtiva com cidadania.

Na busca de resultados, este estudo investigou as questões que envolvem a implementação do Ensino Médio Politécnico no Instituto Estadual de Educação Ernesto Alves, do estado do Rio Grande do Sul.

Como problema geral de pesquisa foi proposta a seguinte questão: *“qual a visão de alunos e professores em relação à implementação do Ensino Médio Politécnico (EMP)?”*.

Como problemas secundários investigaram-se as seguintes questões: (a) *Quanto à qualidade da educação, que pontos positivos podem ser identificados a partir da implementação do Ensino Médio Politécnico?* (b) *Quanto à qualidade da educação, que pontos negativos podem ser identificados a partir da implementação do Ensino Médio Politécnico?*

Para responder a estas questões levanta-se a seguinte hipótese geral de pesquisa: *“A qualidade da educação a nível médio tende a melhorar após esta mudança estrutural e paradigmática?”*

E como hipóteses secundárias têm-se: (a) O governo do Estado do Rio Grande do Sul, a partir da implantação do Ensino Médio Politécnico passou a investir de forma significativa na formação continuada dos professores, na melhoria da estrutura física das escolas e na valorização profissional através de salários mais dignos para os professores; (b) O Ensino Médio Politécnico oportuniza aos educandos a construção de projetos de vida pessoais e coletivos que podem contribuir para a inserção social e produtiva no mundo do trabalho.

Assim, este estudo foi organizado da seguinte forma: o capítulo apresenta uma breve introdução do estudo, o capítulo dois traz o referencial teórico que alicerça esta investigação; o capítulo três descreve a metodologia de pesquisa utilizada e a análise dos dados coletados; na sequência, têm-se as considerações finais e as referências consultadas.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

Com o objetivo de fundamentar este estudo recorreu-se ao Plano de Reestruturação e Expansão do Ensino Médio no Brasil, a Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional integrada ao Ensino Médio, oferecida pela Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul. E, também, às ideias de Fazenda (2002), Carlos (1995), Brasil (2002a), Brasil (2002b), Demo (2009), UNESCO (2011), Freire (1996), Saviani (1999), Abreu e Masseto (1980), Hargreaves (2004), Prensky (2001), Sobrinho (2010), Harasim (2009), Libâneo e Santos (2010) e Morin (2001).

1.1 A REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Com o objetivo de fundamentar teoricamente este estudo, considera-se importante apresentar uma síntese do Plano de Reestruturação e Expansão do Ensino Médio no Brasil (BRASIL, 2008).

Este plano surgiu em dezembro de 2008, quando um grupo de trabalho constituído por técnicos do Ministério da Educação e Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República apresentou um estudo sobre a reestruturação e expansão do ensino médio no Brasil. A proposta engloba um novo currículo e modelo pedagógico, aliado à expansão das matrículas, que tem o intuito de oferecer uma educação atrativa e de qualidade para todos os jovens e adultos.

A nova proposta aponta uma concepção inovadora do ensino médio com formação integral do estudante estruturada na ciência, cultura e trabalho. Estabelece um significado mais amplo e reconhece na integração à educação profissional técnica uma importante política pública. Porém, esta precisa ser complementada com a mudança curricular do ensino médio tradicional, isto é, não profissionalizante. Assim, além da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, é preciso priorizar a melhoria da escola de ensino médio da rede estadual, que acolhe mais de 85% das matrículas.

Esta reestruturação do ensino médio tem como objetivo estabelecer uma política de longo e médio prazo para consolidar, do ponto de vista qualitativo e quantitativo, o ensino médio no Brasil por meio de: (a) uma reestruturação do

modelo pedagógico desta etapa da educação básica que colabore na superação do dualismo entre o ensino propedêutico e profissional; (b) a expansão da oferta de matrículas da rede de escolas médias federais para um patamar entre 10% das matrículas totais desta etapa da educação básica.

O Ensino Médio precisa assumir o compromisso de atender verdadeiramente a diversidade nacional, sua heterogeneidade cultural, considerar os anseios das diversas “juventudes” e da expressiva fração da população adulta que buscam a escola, sujeitos concretos em suas múltiplas necessidades. Trata-se de atender os diversos apelos da sociedade brasileira no sentido da universalização da qualidade.

Segundo Plano de Reestruturação e Expansão do Ensino Médio no Brasil (BRASIL, 2008), a etapa do ensino médio deve desenvolver possibilidades formativas que contemplem as múltiplas necessidades socioculturais e econômicas dos sujeitos que a constituem, reconhecendo-os como sujeitos de direitos no momento em que cursam o Ensino Médio. Nesta perspectiva, defende a profissionalização, com o propósito de atender milhares de jovens que necessitam, o mais cedo possível, ingressar no mercado de trabalho devido a sua subsistência.

A nova proposta tem como base um conjunto de diretrizes, propostas e ações já encaminhadas pela sociedade brasileira em geral e pelo Estado brasileiro de modo particular e algumas atribuições específicas já previstas na LDB (Art. 35). São elas: (I) a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos; (II) a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; (III) o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; (IV) a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Contudo, para avançar na concretização de um Ensino Médio de qualidade para todos os brasileiros o Plano de Reestruturação do Ensino Médio no Brasil (Brasil, 2008) anuncia alguns princípios e objetivos estratégicos como fundamentais para superar a situação atual da educação no Brasil. São eles: (a) a obrigatoriedade do ensino médio no Brasil; (b) o ensino médio, como etapa final da educação básica, tem como objetivo a autonomia do educando frente às determinações do mercado

de trabalho; (c) O processo educativo está centrado nos sujeitos da aprendizagem, sejam jovens ou adultos, respeitadas suas características bio-psicológicas, sócio-culturais e econômicas; (d) As condições para o exercício da docência são garantidas pelo fortalecimento da identidade e profissionalidade docente e da centralidade de sua ação no processo educativo; (e) A identidade do ensino médio, como etapa final da educação básica, deve ser construída com base em uma concepção curricular cujo princípio é a unidade entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia; (f) O Ensino Médio integrado à educação profissional técnica é atualmente uma das mais importantes políticas públicas, mas parcial para a concretização da identidade do Ensino Médio Brasileiro; (g) A União tem como responsabilidade a coordenação nacional das políticas públicas para o ensino médio, em regime de colaboração com as unidades federadas (BRASIL, 2008).

Em relação aos objetivos estratégicos o Plano de Reestruturação do Ensino Médio no Brasil (BRASIL, 2008), visa: (a) Fortalecer a política pública para o ensino médio na articulação com PNE (Plano Nacional de Educação) e PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) e a coordenação nacional do MEC; (b) Consolidar a identidade unitária do ensino médio como etapa final da educação básica considerando a diversidade dos sujeitos e, em particular, as questões da profissionalização, da educação no campo e da EJA; (c) Desenvolver e reestruturar o currículo do ensino médio em torno da ciência, da cultura e do trabalho; (d) Valorizar os profissionais da educação do ensino médio; (d) Priorizar os sujeitos jovens e os adultos estudantes do ensino médio; (e) Melhorar a qualidade do ensino médio nas escolas públicas estaduais; (f) Expandir a oferta do Ensino Médio as escolas federais em articulação com a rede estadual (BRASIL, 2008).

A nova proposta tem como característica o conceito de integração, que pode ser compreendida a partir de três sentidos: o filosófico, o da totalidade e o político.

O caráter filosófico implica um processo educacional que integra as dimensões fundamentais da vida, como trabalho, conhecimento e cultura. Assim, o conceito de integração tem a unidade, entre essas dimensões, como pressuposto e, o trabalho como princípio educativo (BRASIL, 2008).

O sentido de totalidade baseia-se numa concepção do conhecimento, compreende os fenômenos como síntese de múltiplas determinações que o pensamento se dispõe a aprender. Trata-se do sentido epistemológico da

integração, mediante o qual o currículo integra a unidade entre conhecimentos gerais e específicos, relacionando-os como mediação da práxis (BRASIL, 2008).

Finalmente, há o sentido político da integração, que se manifesta na possibilidade de oferecer um Ensino Médio que englobe a educação profissional técnica, devido à realidade brasileira em que jovens e adultos não podem adiar sua inserção na vida econômico-produtiva (BRASIL, 2008).

Neste contexto, o Ensino Médio integrado ao Ensino Técnico, conquanto seja condição social historicamente necessária para a construção do ensino médio unitário e politécnico, não se confunde totalmente com ele, devido aos limites das relações sociais de classe (BRASIL, 2008).

Assim, o que se propõe na reestruturação é o ensino médio unitário, que integra as múltiplas dimensões da formação humana.

O trabalho, no sentido ontológico e histórico, é o princípio que organiza a base unitária do ensino médio por ser condição para se superar um ensino enciclopédico que não permite aos aprendizes estabelecer relações concretas entre ciência que aprende e a realidade em que se vive. É princípio também porque leva o educando a compreender que todos nós somos seres de trabalho, de conhecimento e de cultura e que o exercício pleno dessas potencialidades exige superar a exploração de uns pelos outros (BRASIL, 2008).

A concepção de ciência e tecnologia é associada à de trabalho. Esta concepção abrange os conhecimentos produzidos, sistematizados e legitimados socialmente ao longo da história, como resultado de um processo de compreensão e transformação dos fenômenos naturais e sociais. Nesse sentido, a ciência apresenta conceitos e métodos que permitem a transmissão para diferentes gerações, ao mesmo tempo em que podem ser questionados e superados historicamente, no processo permanente de construção de novos conhecimentos (BRASIL, 2008).

A cultura deve ser compreendida como as diferentes formas de criação social, seus valores, suas normas de conduta, suas obras. É a produção ética e estética de um grupo social. Ela é expressa através de valores e hábitos, comunicações e artes, produção e fruição (BRASIL, 2008).

A formação integrada possibilita aos aprendizes compreender que os conhecimentos e os valores característicos de um tempo histórico e de uma sociedade trazem as marcas das razões, dos problemas, das necessidades e das

possibilidades que orientaram o desenvolvimento dos meios e das relações de produção em um determinado sentido.

Com esta reestruturação, o Governo Federal pretende engendrar uma escola ativa e criadora organicamente identificada com o dinamismo social da classe trabalhadora.

1.2 ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO

A Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, da Secretaria da Educação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, propõe a reestruturação do Ensino Médio, levando-se em consideração o Plano de Governo no período de 2011-2014, os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996, incluindo a concepção para o Ensino Médio no que diz respeito à sua finalidade e modalidade nela presentes, além da Resolução sobre Diretrizes Curriculares para a Educação Básica pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) (SEE, 2011-2014, p. 3).

O Ensino Médio é apresentado como etapa final da educação básica, em continuidade ao ensino fundamental. Esta modalidade de ensino visa à consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando a continuidade dos estudos; a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e desenvolvimento da autonomia intelectual e pensamento crítico; a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996, Art. 35).

Já o Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da Câmara de Educação Básica entende que o Ensino Médio deve ter uma base única sobre a qual podem se incorporar diferentes possibilidades como a preparação geral para o trabalho ou para profissões técnicas, na área da ciência e na tecnologia, como iniciação científica e tecnológica; na cultura como ampliação da formação cultural (CNE/CEB, 2010, Art. 26, & 1).

Pode-se observar que esta concepção busca a articulação entre as áreas de conhecimento e seus componentes curriculares com as dimensões de Ciência, Cultura, Tecnologia e Trabalho.

A ideia é que esta articulação se torne explícita no desenvolvimento de ações, atividades e vivências pedagógicas, com o objetivo de transformar a relação atual entre o trabalho e o trabalhador.

Entende-se que, no cotidiano, o trabalhador não fique subordinado ao desenvolvimento de habilidades específicas e as práticas laborais mecânicas, mas também acrescentem nas suas atividades profissionais os fundamentos científicos que as sustentam. Isto implica que antes de aprender um ofício nos seus aspectos práticos e imediatos, torna-se fundamental a mediação política para a sua contextualização como fenômeno histórico e perspectivas futuras.

Nesta perspectiva, o Ensino Médio Politécnico tem sua concepção na dimensão politécnica, constituindo no aprofundamento da articulação de conhecimentos e suas tecnologias, com os eixos Cultura, Ciência, Tecnologia e Trabalho, no intuito de que a apropriação e a construção de conhecimentos embasem e promovam a inserção social da cidadania.

O Ensino Médio Politécnico tem o trabalho como princípio educativo, pois a relação entre as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e as novas demandas de educação geral, profissional e tecnológica, torna evidente um novo princípio educativo.

O aprendiz necessita compreender o trabalho como todas as formas de ação que os seres humanos desenvolvem para construir as condições que garantem a sua sobrevivência. Isto implica reconhecer o laboro como responsável pela formação humana e pela constituição da sociedade. É através do trabalho que os sujeitos produzem conhecimento, desenvolvem e consolidam sua concepção de mundo, elaboram as consciências, tornando possível a convivência, modificam a natureza construindo a sociedade e fazendo história.

Considerando o contexto histórico, foi deste modo que os modelos tayloristas/fordistas de organização da vida social e produtiva demandaram uma pedagogia fundada na memorização, pela repetição, por conhecimentos fragmentados, tanto na educação geral quanto na profissional. Nesta pedagogia, a capacidade de fazer era mais importante do que o trabalho intelectual, porque os processos de trabalho eram tecnologicamente pouco complexos e pouco dinâmicos.

A vida social era regida por regras claras, em que predominavam a estabilidade e a rigidez (FIDALGO, 2007).

Porém, com o advento da microeletrônica, houve grandes transformações no campo do trabalho e da vida social. A estabilidade e rigidez são substituídas pela instabilidade e dinamicidade a partir da produção em ciência e tecnologia. A capacidade do fazer repetitivo passa a ser substituída pela lógica das competências intelectuais, que demanda o raciocínio formal, domínio das tecnologias de comunicação e informação, flexibilidade para mudar e se adaptar a novas situações, capacidade para aprender constantemente e resiliência ao estresse (FIDALGO, 2007).

Com isto, surge uma nova demanda para a educação, onde o trabalho que antes era psicofísico passa a ser substituído pelo trabalho intelectual.

Diante desta nova realidade, a escola precisa preparar seus alunos para o trabalho intelectualizado e a participação na vida social permeada pelas tecnologias que se atualizam rapidamente. Este contexto requer uma educação escolar sólida, ampliada e de qualidade, principalmente para os sujeitos de baixa renda, que vivem do trabalho e, para os quais a escola é o único espaço possível de relação intencional com o conhecimento sistematizado.

Conforme O Plano de Reestruturação do Ensino Médio no Brasil (BRASIL, 2008), a escola tem como desafio desenvolver a consciência crítica dos sujeitos para que se tornem capazes de compreender a realidade atual e organizarem-se para construir a possibilidade histórica de emancipação humana.

Dando continuidade a este estudo busca-se, na seção seguinte, definir o termo politecnia.

1.3 POLITECNIA

Conforme SEE (2011 – 2014, p. 14) a politecnia pode ser “compreendida como o domínio intelectual da técnica”. Já Saviani (1989, p.17) coloca que “a noção de politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno”.

Trata-se de uma educação escolar integrada ao trabalho, à ciência e à cultura, que se desenvolvem sob as bases científicas, técnicas e tecnológicas necessárias à produção da existência e a consciência dos direitos políticos, sociais e

culturais, bem como das capacidades para atingi-los. Este conceito está relacionado ao domínio dos fundamentos científicos das distintas técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno.

É com base neste conceito que a proposta do Ensino Médio Politécnico se desenvolve e se organiza. Assim, embora não seja um curso profissionalizante deve voltar-se para o mundo do trabalho e das relações sociais, de forma a promover formação científico - tecnológica e sócio-histórica a partir dos significados oriundos da cultura, tendo como objetivo maior a compreensão e a transformação da realidade (SEE, 2011 – 2014).

Em relação à organização curricular, convém ressaltar que a politecnia supõe novas maneiras de seleção e organização dos conteúdos a partir da prática social, contemplando o diálogo entre as áreas do conhecimento. Busca-se, primeiramente, a qualidade da relação com o conhecimento pelo protagonismo do aprendiz sobre a quantidade de conteúdos apropriados de forma mecânica. Propõe-se a primazia do significado social do conhecimento em relação aos critérios formais inerentes à lógica disciplinar (SEE, 2011 – 2014).

A construção desse currículo integrado supõe uma mudança paradigmática, que só se efetivará através do trabalho coletivo que integre os diferentes atores que atuam nas escolas e nas instituições responsáveis pela formação de professores e nos órgãos públicos responsáveis pela gestão (SEE, 2011 – 2014).

Propõem-se como ponto de partida para esta construção os projetos de trabalho, objetos da formação, de forma a superar a lógica disciplinar e a superposição de conteúdos gerais e específicos, para que novas maneiras de seleção dos conhecimentos serão necessárias (SEE, 2011 – 2014).

Conforme Silva (2007), o trabalho é a base do sistema capitalista. É a partir do trabalho que ocorre a dinâmica geradora do lucro e se reproduzem os distintos *status* de posse e funções no sistema produtivo. O trabalhador é o principal agente da dinâmica capitalista, porém seu status social e político historicamente são relegados a posição sem importância e reconhecimento. Existe uma contradição entre a posição ocupada pelo trabalhador como agente produtivo e a posição marginal a que é considerado como ser político. O gerenciamento dessa contradição pelo sistema capitalista se vale de ações pedagógicas que favorecem os que se

beneficiam injustamente com as trocas econômicas que envolvem trabalho e dinheiro, calcadas no fenômeno da alienação.

Para Silva (2007) a politecnia vem no sentido oposto da alienação, porque busca conferir ao trabalhador as condições intelectuais necessárias para que ele ocupe posição central no contexto político e para compreender e desfrutar do patrimônio cultural produzido pela humanidade. Ela se alicerça no propósito educacional que considera igualmente importantes a cultura geral, a formação política e a capacitação técnica. Este propósito não se limita apenas em adaptar os sujeitos a ocupações instrumentais, mas visa proporcionar a formação de seres “genéricos” e “universalizados”.

A politecnia se constitui como base formadora necessária a superação da unilateralidade em que o trabalhador é mantido em função da formação voltada exclusivamente para sua capacitação produtiva. A unilateralização pode ser compreendida como o oposto da universalização, porque se caracteriza pela consideração exclusiva das transformações ocorridas nos meios de produção e pela manutenção das relações de produção. É uma concepção norteada pelo capitalismo, para que os trabalhadores atualizem as suas habilidades de operação técnica e produtiva sempre que ocorrerem inovações nas formas de produção, ao mesmo tempo em que, se mantêm inalteradas as relações de produção (SILVA, 2007).

As únicas reformas permitidas pelo capitalismo nas formas de produção e nas relações de trabalho são aquelas que aprimoram as habilidades produtivas dos operários, mas eliminam qualquer possibilidade de interpretação crítica das próprias condições. A formação politécnica rompe com essa ideia, na medida em que permite uma formação universalizada e, portanto, a consideração crítica das práticas sociais pelos trabalhadores. A politecnia visa romper com a alienação capitalista, tornando o trabalhador menos dependente do trabalho unilateral e automático, adquirindo consciência política (SILVA, 2007).

Segundo Saviani (2003), o conceito de politecnia busca superar a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral. Esta noção se contrapõe a concepção capitalista burguesa do Ensino Profissionalizante, que tem como princípio a fragmentação do trabalho em especialidades autônomas. A união entre o trabalho manual e o trabalho intelectual exige a socialização dos meios de produção, colocando-os a serviço da coletividade,

do conjunto da sociedade. Para Saviani (2003), o conceito de politecnia se pauta no desenvolvimento de uma sociedade que corrija as distorções atuais geradas pela sociedade capitalista, onde todos possam dedicar-se, ao mesmo tempo, ao trabalho intelectual e ao trabalho manual.

Cabe também definir o termo interdisciplinaridade que tem um significado relevante na proposta de reestruturação do Ensino Médio.

1.4 A INTERDISCIPLINARIDADE

Esta seção tem o intuito de discutir o conceito de interdisciplinaridade e verificar sua importância para o Ensino Médio Politécnico. Assim, apresenta-se a definição de Fazenda (2002, p. 11): “Interdisciplinaridade é uma nova atitude diante da questão do conhecimento, de abertura à compreensão de aspectos ocultos do ato de aprender e dos aparentemente expressos, colocando-os em questão”.

Segundo a mesma autora, a prática docente interdisciplinar é subsidiada por cinco princípios: humildade, coerência, espera, respeito e desapego. Existe nela uma profunda imersão no trabalho cotidiano. Esta prática pauta-se numa ação em movimento, onde este é percebido em sua natureza ambígua, tendo como pressuposto a transformação e a incerteza.

Fazenda (2002) diz ainda, que todo projeto interdisciplinar competente nasce de um *lócus* bem definido. Desta forma, torna-se necessário contextualizar para poder conhecer, recuperando a memória em suas distintas potencialidades, resgatando o tempo e o espaço no qual se constrói conhecimentos. A linguagem precisa ser compreendida em suas diferentes formas de expressão e comunicação, de maneira reflexiva e corporal.

Para a autora, em um processo interdisciplinar é necessário analisar o fenômeno considerando por múltiplos enfoques, o que transforma o modo de como geralmente conceituamos, porque não estamos acostumados a investigar e questionar os termos. O discurso docente baseia-se por conceitos dados como formação, disciplina, competência, ensino, aprendizagem, didática e prática. Na visão interdisciplinar, um conceito adquire apenas o encantamento do novo ou o obsoleto do velho. Este novo conceito somente adquirirá significado e força se for estudado no exercício de suas possibilidades.

Desta forma, a interdisciplinaridade implica a lógica da invenção, da descoberta, da pesquisa, da produção científica, que é realizada num ato de vontade, num desejo planejado e construído com liberdade.

Nesta perspectiva, a interdisciplinaridade vem sendo discutida na maioria dos países do ocidente, tanto no que se refere à formação docente, à forma de aprendizagem e à organização do currículo.

O relacionamento entre as áreas de conhecimento e dos saberes para a resolução de problemas resgata visões epistemológicas e práticas de pesquisa que trabalham o objeto do conhecimento numa abordagem global, com interferência de múltiplos fatores, pressupostos determinados a partir de avanços científicos e tecnológicos dos dias atuais.

A interdisciplinaridade pode ser considerada um meio, eficaz e eficiente de articulação da realidade e produção de conhecimentos com intuito transformador.

Para uma melhor compreensão do conceito de interdisciplinaridade, considera-se importante analisar os diferentes níveis de interação entre as disciplinas. Convém ressaltar, que a interdisciplinaridade é apenas um desses níveis de interação e que outras variações podem ser vislumbradas nas atividades educativas.

Segundo Carlos (1995), a interação entre as disciplinas pode acontecer em níveis de complexidade diferenciados. Assim, criaram-se termos próprios para distinguir cada nível, como: multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

A multidisciplinaridade representa o primeiro nível de interação entre os conhecimentos disciplinares e está presente em muitas atividades e práticas educacionais nas escolas. A multidisciplinaridade pode ser definida como uma ação simultânea de várias disciplinas em torno de uma temática comum. Neste caso, cada disciplina organiza suas atividades em torno de uma temática comum sem explorar a relação entre os conhecimentos das outras áreas, de forma que não ocorre nenhum tipo de cooperação entre elas.

Já a pluridisciplinaridade avança em relação ao estágio anterior, isto é, constata-se algum tipo de interação entre os conhecimentos das diferentes disciplinas. Existe uma espécie de ligação entre os domínios disciplinares indicando certa cooperação. As disciplinas estabelecem relação entre o conhecimento específico de sua área com o de outras, mas tais conhecimentos não se reúnem

com o propósito de esclarecer alguma problemática maior. Ao contrário, eles são utilizados apenas para esclarecer melhor o próprio conhecimento da disciplina. O objetivo maior é que o conteúdo da própria disciplina seja compreendido.

A interdisciplinaridade é caracterizada por Carlos (1995), pela presença de um postulado comum a um grupo de disciplinas conexas, em que existe um nível hierárquico superior de onde procede a coordenação das ações disciplinares. Neste nível, é possível perceber a cooperação e o diálogo entre as diferentes disciplinas, coordenadas por uma disciplina específica, um problema comum a todas as disciplinas ou distintos modos que represente um elemento de integração das disciplinas, que orienta as ações interdisciplinares. Conforme os PCN:

a interdisciplinaridade supõe um eixo integrador, que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação, um plano de intervenção. Nesse sentido, ela deve partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de explicar, compreender, intervir, mudar, prever, algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários (BRASIL, 2002a, p. 88-89).

Neste nível, o tema gerador não é suficiente para estabelecer a coordenação entre as disciplinas. É necessária a existência de um problema maior a ser resolvido. Cada disciplina, consciente de suas limitações para solucionar o desafio, une-se coordenadamente com outras com o propósito de construir uma compreensão mais ampla do fenômeno analisado.

O nível de maior complexidade de interação entre as disciplinas, apontado por Carlos (1995), é a transdisciplinaridade. Trata-se de uma espécie de coordenação de todas as disciplinas e interdisciplinas do sistema de ensino, sobre a base de uma axiomática geral.

Pode ser considerada como um tipo de interação onde ocorre integração de vários sistemas interdisciplinares num contexto mais amplo, ocasionando uma interpretação holística dos fatos e fenômenos. Este nível transcende o conteúdo disciplinar na solução de uma questão.

Pode-se concluir que as disciplinas ou áreas de conhecimento podem interagir em níveis diferentes, conforme as concepções pedagógicas que alicerçam o fazer pedagógico.

Segundo os PCN, a interdisciplinaridade não tem pretensão de criar novas disciplinas ou saberes, mas de utilizar os conhecimentos de distintas disciplinas para

solucionar um problema real ou compreender um fenômeno de acordo com diferentes pontos de vista. A função da interdisciplinaridade é instrumental, ou seja, o aluno pode recorrer a um saber útil e utilizável para responder às questões sociais contemporâneas (BRASIL, 2002b, p. 34-36).

Então, no Ensino Médio Politécnico, o trabalho interdisciplinar, como estratégia metodológica, torna viável o estudo de temas transversais, articulando teoria e prática, tornando-se concreto através de ações pedagógicas integradoras. Busca-se, numa perspectiva dialética, integrar as áreas de conhecimento e do mundo do trabalho.

Para compreender melhor a proposta do Ensino Médio Politécnico procura-se na seção seguinte definir o termo pesquisa e discutir a sua importância no processo de ensino e aprendizagem.

1.5 A PESQUISA

O Ensino Médio Politécnico propõe a incorporação da pesquisa na prática pedagógica, pois considera que esta possibilita a construção de novos conhecimentos. Segundo SEE (2011-2014), a pesquisa é um processo que permite ao estudante se apropriar de forma adequada da realidade e projetar possibilidades de intervenção. Esta prática une o caráter social ao protagonismo dos sujeitos pesquisadores.

Para Demo (2009), a pesquisa é definida como princípio científico e educativo e é o grande desafio da educação atual. Assim, como princípio científico a pesquisa pode ser entendida como instrumentalização teórico-metodológica para construir conhecimento. Já como princípio educativo, a pesquisa complementa um dos suportes essenciais da educação emancipatória, que é o questionamento sistemático crítico e criativo. Nesta perspectiva, coloca:

Se buscarmos cidadania emancipada, capaz de projeto próprio de desenvolvimento, ou se buscamos garantir aos marginalizados condições equânimes de luta, o instrumento mais decisivo, hoje, é a habilidade de manejar e produzir conhecimento. Se educação se diz emancipatória, não poderá prescindir de lançar mãos de meio. Não corresponderá ao desafio da cidadania moderna, se permanecer na mera transmissão, cópia, reprodução de conhecimento. Onde o aluno é objeto de aprendizagem, copiam-se lacaios, não se fazem cidadãos competentes. Onde o professor apenas ensina, reproduz-se a sucata, não projeto próprio de desenvolvimento (DEMO, 2009, p. 33-34).

Com base nas ideias de Demo (2009), entende-se que a pesquisa é um meio capaz de promover uma aprendizagem de qualidade, que realmente prepare o sujeito para o mundo do trabalho e para a vida social, instrumentalizando-o para manejar e produzir conhecimento, competência indispensável ao sistema econômico atual.

Para o autor, no cotidiano das pessoas, a pesquisa se traduz como expressão educativa, pois desenvolve a capacidade de andar com os olhos abertos, ler criticamente a realidade, reconstruir as condições de participação histórica, informar-se corretamente. Espera-se que a pesquisa proporcione ao jovem a capacidade de expressar-se com autonomia, de forma ativa, curiosa e coletiva, visando uma formação integral e cidadã.

Segundo a UNESCO (2011), uma escola de ensino médio precisa atuar como uma comunidade de aprendizagem, onde os aprendizes possam desenvolver a cultura do trabalho e demais práticas sociais por meio do protagonismo em atividades transformadoras. Convêm, ainda, que estes explorem seus interesses vocacionais ou opções profissionais, perspectivas de vida e de organização social. É importante também que o aluno desenvolva a autonomia, ao formular e ensaiar a concretização de projetos de vida e da sociedade.

A proposta do Ensino Médio Politécnico considera os pressupostos teóricos reunidos para a elaboração das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio do CNE, no que se refere à pesquisa, como princípio pedagógico. Sobre isto se tem que a pesquisa escolar, motivada e orientada pelos professores, implica na identificação de fontes confiáveis, na interpretação e elaboração dessas informações e na organização e relato sobre o conhecimento adquirido. Considera-se também que a pesquisa propicia o desenvolvimento da atitude científica, o que contribui para o desenvolvimento de condições de, ao longo da vida, interpretar, analisar, criticar, refletir, rejeitar ideias engessadas, aprender, buscar soluções e propor alternativas, potencializadas pela investigação e pela responsabilidade ética assumida diante das questões políticas, sociais, culturais e econômicas. Esta concepção busca uma investigação científica que motiva e orienta projetos de ação, com o objetivo de melhorar a coletividade e o bem comum (UNESCO, 2011).

Segundo Freire (1996, p. 29), “Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”. São duas faces da mesma moeda, uma complementa a outra. O saber

oriundo da experiência de vida do sujeito, que caracteriza o senso comum, deve ser respeitado. Porém, é papel da escola oferecer condições para que o aprendiz supere o conhecimento puramente empírico e construa o conhecimento científico com base nele. Isto implica o respeito à realidade do aluno e a promoção da capacidade criadora do estudante. Não há, para Freire (1996), diferença entre a ingenuidade e a criticidade, entre o saber adquirido por pura experiência e o que resulta dos procedimentos científicos. Na verdade, a curiosidade ingênua que está associada ao senso comum é a mesma curiosidade que permite construir os conhecimentos científicos. Para Freire (1996) esta curiosidade difere na qualidade, mas não na essência.

Conforme o mesmo autor, a curiosidade como inquietação questionadora, como o desejo de descobrir algo, como pergunta verbalizada ou não, como sinal de alerta, constitui-se como parte integrante do fenômeno vital. Não existiria criatividade sem curiosidade. É a curiosidade que nos move e nos coloca pacientemente ou impacientemente diante da realidade. Logo, uma das tarefas mais importantes das práticas educativas é o desenvolvimento da criatividade. Nesta perspectiva, precisamos “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 47).

O currículo do Curso de Ensino Médio Politécnico considera as ideias de Freire (1996) e oferece aos aprendizes a disciplina de Seminário Integrado, que visa à compreensão do modo de produção de conhecimento, que se dá pela relação entre o sujeito e o objeto em circunstâncias históricas determinadas. Em decorrência dessa relação, o homem é produto do meio, ao mesmo tempo em que o modifica. Entende-se que não ocorre aprendizagem sem a ação do aluno, pois é através dela que o sujeito constrói significados. Nesta perspectiva, o Seminário Integrado propõe a aprendizagem através da pesquisa, que tem como ponto de partida a curiosidade do aluno e o trabalho com projetos educacionais (SEE, 2011-2014).

Após definir o termo pesquisa e discutir sua importância no processo de ensino e aprendizagem, abordam-se algumas questões que envolvem a educação na sociedade contemporânea.

1.6 EDUCAR PARA A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO¹

Na visão de Hargreaves (2004), os tempos atuais caracterizam-se pela economia do saber, que é movida pela criatividade e inventividade. Nesta perspectiva, as escolas da sociedade do conhecimento² precisam gerar essas qualidades em seus aprendizes, caso contrário, estes estarão em desigualdade em relação aos demais. A economia do conhecimento é uma força de destruição criativa, estimulando o consumo, o crescimento e a prosperidade, ao mesmo tempo em que busca incansavelmente o lucro, de interesse privado, desgastando e fragmentando a ordem social.

Portanto, o sistema de ensino deve promover também um ensino humanizado, no intuito de desenvolver uma identidade cosmopolita e o trabalho cooperativo/colaborativo. Desta forma, é possível compensar os efeitos destrutivos da economia do conhecimento, que serve basicamente ao bem privado, apesar de também incluir o bem público.

O sistema a que as escolas servem também se caracteriza por uma crescente instabilidade social. Os vínculos sociais estão cada vez mais desgastados pelos efeitos fragmentadores da flexibilidade econômica. As pessoas economicamente ativas encontram cada vez menos tempo para se dedicar à família ou à comunidade a que pertencem. Constata-se uma perda de confiança com relação à integridade dos políticos, empresários e outros profissionais. Esta ideologia aumenta as diferenças entre ricos e pobres promove o terrorismo, a criminalidade, a insegurança, que só tende a aumentar.

Contextualizando as palavras de Hargreaves (2004), é possível vislumbrar este fenômeno através das manifestações públicas ou protestos, que aconteceram quase que diariamente em várias cidades brasileiras. Estes atos populares são marcados tanto pela reivindicação pacífica de uma grande maioria como pela violência de uma minoria anônima, que se infiltra entre o grande grupo com o

¹ A sociedade do conhecimento é uma sociedade de aprendizagem. O sucesso econômico e uma cultura da inovação contínua dependem da capacidade dos trabalhadores de se manter aprendendo a cerca de si próprios e uns com os outros. Uma economia do conhecimento funciona a partir da força do cérebro, do poder de pensar, aprender e inovar (HARGREAVES, 2004, p. 24).

² O termo “sociedade do conhecimento” foi adotado devido sua utilização ampla e aceita. Pode ser definido como uma sociedade de aprendizagem. Trata-se de uma sociedade que processa a informação de forma a maximizar a aprendizagem, estimular a criatividade e a inventividade, desenvolver a capacidade de desencadear as transformações e enfrentá-las (HARGREAVES, 2004, p. 19).

propósito de causar prejuízos ao patrimônio público e privado. Não se pode esquecer que esta minoria agressiva é fruto da sociedade atual, são comportamentos forjados em um sistema capitalista que promoveu a insegurança, a criminalidade e o descontentamento com o sistema.

Ainda conforme Hargreaves (2004), na economia do conhecimento, a riqueza e a prosperidade depende do esforço e da capacidade de cada indivíduo em superar seus concorrentes, no âmbito da criação e astúcia, sintonizar-se com os desejos e demandas do mercado consumidor e trocar de emprego ou desenvolver novas competências ao passo que as flutuações e fases de declínio econômico assim exigirem. Nesta economia, as capacidades dos sujeitos não são propriedades exclusivamente suas, mas também de organizações, e dependem tanto da inteligência coletiva como da individual. As organizações desenvolvem as capacidades de seus membros, proporcionando amplas oportunidades para aprimorar suas habilidades e qualificar sua formação. Assim, a aprendizagem e a comunicação rompem barreiras, fazendo com que as pessoas trabalhem em equipes, justapostas e flexíveis, considerando os problemas e os equívocos como possibilidade de aprendizagem. Isto envolve todos no contexto geral da organização e desenvolve o “capital social” das redes e relacionamentos que dão às pessoas apoio extra e mais possibilidades de aprendizagem.

Diante desta realidade, Hargreaves (2004, p. 20), entende que ensinar para a sociedade do conhecimento envolve o desenvolvimento da aprendizagem cognitiva profunda, da criatividade e da inventividade, entre os estudantes, a utilização da pesquisa, o trabalho em redes e equipes, a busca de aprendizagem profissional contínua e a promoção da solução de problemas, da disposição de correr riscos, da confiança nos processos cooperativos, da capacidade de lidar com a mudança e do compromisso com a melhoria contínua das organizações.

Dando continuidade a este estudo discute-se na seção seguinte o aluno na sociedade do conhecimento.

1.7 O ALUNO X SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

O surgimento e a rápida difusão das tecnologias digitais nas últimas décadas do século XX geraram mudanças na forma de ser e de agir das gerações que cresceram com estes recursos. Os alunos de hoje não são os mesmos para os quais

nosso sistema educacional foi desenvolvido. Estes sujeitos não mudaram somente em termos de avanço em relação aos do passado, nem tampouco modificaram apenas seu estilo, modo de falar, vestir e usar enfeites corporais, como acontecia nas gerações anteriores. Ocorreu uma grande descontinuidade, uma singularidade, uma nova forma de pensar e processar a informação muito diferente das gerações anteriores (PRENSKY, 2001).

Os alunos de hoje, das séries iniciais à graduação representam as primeiras gerações que cresceram com as tecnologias digitais. Eles desenvolveram-se utilizando videogames, tocadores de música digitais, câmeras de vídeo, telefones celulares e os mais diversos recursos disponíveis na era digital. A internet, os jogos de computadores, o e-mail, os telefones celulares e as mensagens instantâneas fazem parte de suas vidas.

Logo, os profissionais da educação da atualidade precisam reconsiderar sua metodologia. Isto não significa mudar o significado do que é importante, mas adotar uma nova postura em sala de aula. Segundo Briso, Barbosa, Barrucho e Krause (2009), o professor é o guia do processo de aprendizagem, ele faz a mediação entre o aprendiz e o conhecimento científico. Assim, deixa de ser o centro do processo de aprendizagem, estruturando um ambiente centrado no aluno. Hoje é necessário desenvolver em nossos alunos a capacidade de refletir, questionar, pesquisar, raciocinar, trabalhar em equipe e compreender a realidade, para que possam formular ideias próprias.

Para Sobrinho (2010), os alunos que estão nas escolas hoje são radicalmente diferentes dos alunos de épocas anteriores por apresentarem uma “historicidade pós-moderna”, constituída por um conjunto de práticas culturais responsáveis pelo desenvolvimento de sujeitos com identidades singulares. Estes sujeitos apresentam uma subjetividade que se caracteriza pela efetivação particular da identidade social e da agência social, corporificadas em novas maneiras de ser e de tornar-se humano. A construção da identidade é um processo cumulativo de experiências, saberes e práticas interligadas por meio da relação espaço e tempo e pela dimensão relacional que os mais diversos sujeitos estabelecem entre si em seu dia a dia.

Para o mesmo autor, a ideia consolidada pela educação moderna de que as crianças e jovens são dependentes e obedientes não corresponde à realidade atual. Assim, tanto a infância como a adolescência podem ser ressignificadas conforme duas formas distintas: a primeira delas seria a das crianças e adolescentes que têm

acesso à internet, aos computadores, aos canais de TV a cabo e aos videogames; a outra é constituída por crianças e adolescentes de classes desfavorecidas que não têm acesso às tecnologias digitais, vivem na rua e trabalham desde muito cedo. Logo, a imagem clássica do aluno descrita pelas teorias dos compêndios dos séculos XVII, XVIII e XIX e parte do século XX não está mais de acordo com a realidade. Esta concepção foi abalada pelas mudanças socioculturais vivenciadas pelos indivíduos de hoje, que têm modificado e fragmentado a compreensão de conceitos como: classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, bem como a forma de ver, de entender e de nos relacionar com as identidades pessoais dos indivíduos. Trata-se de uma mudança estrutural que interfere também na ideia que o sujeito faz de si próprio.

Sobrinho (2010) diz ainda que essa transformação existencial coletiva está presente no cotidiano do Ensino Médio Brasileiro, constituído em sua maioria por jovens que apresentam características próprias conforme seus grupos de pertencimento, identificados por símbolos e estilos particulares, inclusive nos casos em que ocorre coincidência étnica, de classe, gênero e localidade. As diferenças entre os próprios jovens são tantas, que se adotou o termo “juventudes” para que se possa dar conta da diversidade e pluralidade de experiências existentes na vida juvenil. Cada juventude faz uma interpretação diferente do que é ser jovem, estabelecendo diferenças não somente em relação às crianças e aos adultos, mas também em relação aos outros grupos de jovens.

Como consequência, o aluno que está no Ensino Médio hoje, deixou de ser apenas um ouvinte, centrado no discurso dos professores. Ele traz para dentro da sala de aula sua experiência cultural e sua forma de ver o mundo. Passa a ocupar uma posição de sujeitos da razão, revelando-se também sujeitos com desejos.

A escola é hoje um espaço de convivência, onde a ordem, a disciplina, o silêncio cederam espaço à comunicabilidade, à sociabilidade e à interatividade. Os jovens percebem a escola como um local de convívio social, pois quem não pertence a um grupo de jovens na escola não é ninguém. O grupo funciona como um aporte para o desenvolvimento de rituais, símbolos, imagens e códigos, com sentidos e significados para os seus membros. A vida em grupo é muito importante para os jovens, pois nela se produz a solidariedade e a identidade grupal e individual (SOBRINHO, 2010).

Entretanto, percebe-se atualmente entre os estudantes uma forte resistência ao currículo formal, pois seus interesses estão voltados aos temas não escolares, tais como sexualidade, namoro, moda, festas, redes sociais, etc. Estes temas são alimentados pelos meios de comunicação, que têm relevante papel na produção da identidade juvenil. Assim, se no passado a identidade dos jovens tinha características baseadas na seriedade, na ordem e na disciplina, atualmente predomina o espírito de ludicidade, que tem contribuído para a valorização do lazer e para a intensificação de uma nova ética sexual (SOBRINHO, 2010).

A escola continua tendo como base de referência o conhecimento científico apoiado no livro didático e no uso intensivo da pedagogia hierárquica, onde o professor é o centro do processo de aprendizagem. Já o estudante, tem um grande envolvimento com as linguagens e as narrativas disponíveis nas comunidades virtuais. As consequências já podem ser percebidas claramente no cotidiano escolar, principalmente em relação à leitura, que se tornou um dos pontos críticos da educação atual. O modelo tradicional da leitura exige concentração, abstração, conceituação, reflexão e simbologia, enquanto que na sociedade atual se prioriza a percepção, o sensitivo, a forma e o concreto (SOBRINHO, 2010).

Os jovens de hoje valorizam pouco os vínculos com o passado e não apresentam projetos futuros, caracterizando-se por meio de um intenso “presenteísmo”, isto é, o que importa é o aqui e o agora.

Após discutir as questões que caracterizam o aluno na sociedade do conhecimento, propõe-se uma análise sobre o papel docente nos dias atuais.

1.8 O PAPEL DO PROFESSOR NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

Entre todas as profissões, apenas do ensino se espera o desenvolvimento de competências humanas que possibilitem aos sujeitos e organizações sobreviver e ter sucesso na sociedade atual. Dos professores, mais do que de qualquer outro profissional, espera-se que construam comunidades de aprendizagem, desenvolvam capacidades para a inovação, o trabalho cooperativo/colaborativo, flexibilidade, compromisso com a transformação, aspectos fundamentais ao desenvolvimento econômico. Paralelamente, espera-se também que os professores combatam os inúmeros problemas gerados pela sociedade do conhecimento, como o consumismo

excessivo, o distanciamento crescente entre ricos e pobres e a perda da comunidade, seus costumes e valores (HARGREAVES, 2004, p. 26).

Conforme o mesmo autor, ensinar na e para a sociedade do conhecimento implica uma aprendizagem cognitiva sofisticada, com um repertório crescente e variável de práticas pedagógicas informadas por pesquisa, aprendizagem e autoacompanhamento profissional contínuo, o trabalho coletivo, parceria de aprendizagem com as famílias, desenvolvimento e utilização de inteligência coletiva. Considera-se fundamental o cultivo de metodologias que valorizem a solução de problemas, a disposição para o risco, a confiança profissional, lidar com as mudanças e se comprometer com o aperfeiçoamento constante.

Segundo Libâneo e Santos (2010, p. 20), os educadores enfrentam uma realidade educativa imersa em crises, incertezas, perplexidades, pressões sociais e econômicas, relativismo moral, dissoluções de crenças e utopias. A atuação docente, enquanto atividade social prática de humanização dos indivíduos, remete a responsabilidade social e ética de dizer o porquê fazer, o quê e como fazer. Os professores efetivam práticas pedagógicas que irão forjar sujeitos e identidades. Contudo, sujeitos e identidades se constituem em diferentes dimensões: física, cognitiva, afetiva, social, ética, estética, pertencentes a contextos socioculturais, históricos e institucionais, que devem ser considerados no processo de ensino e aprendizagem.

Libâneo e Santos (2010, p. 21) acreditam que para ocorrer mudanças efetivas na qualidade da educação brasileira é necessário que a elite intelectual do campo científico da educação e os professores tomem consciência que a escola existe para formar sujeitos preparados para sobreviver na sociedade do conhecimento. Isto implica a aquisição dos conhecimentos científicos, culturais, artísticos, saber resolver problemas, ter autonomia e responsabilidade, saber dos seus direitos e deveres, construir dignidade humana, ter uma autoimagem positiva, desenvolver capacidades cognitivas para se apropriar criticamente dos benefícios da ciência e tecnologia em favor do seu trabalho, da sua vida diária, do seu crescimento pessoal e profissional.

Nesta perspectiva, os mesmos autores apontam como tarefas importantes do agir pedagógico na formação geral básica: (a) o provimento de mediações culturais para o desenvolvimento da razão crítica, ou seja, conhecimento teórico-científico, capacidades cognitivas e modos de ação; (b) desenvolvimento da subjetividade dos

alunos e ajuda na construção de sua identidade pessoal e no acolhimento à diversidade social e cultural; (c) formação para a cidadania e preparação para atuar na realidade.

Na visão de Morin (2001), é fundamental educar para além da sociedade do conhecimento. O autor entende que o professor precisa possibilitar a construção de conhecimentos capazes de criticar o próprio conhecimento. Buscar a verdade com refletividade, crítica e correção de erros. Uma educação que promova o conhecimento pertinente, relevando a realidade, o global, o multidimensional e a interação complexa, constituindo uma inteligência generalista apta a compreender a totalidade, isto é, a interação entre os elementos que constituem o sistema.

Já Saviani (1999, p. 80), entende que é responsabilidade do professor estar atento para a especificidade do seu ofício e buscar métodos que contribuam significativamente com a aprendizagem dos alunos, não somente para se adaptar à realidade, mas também para promover transformação social.

Abreu e Masetto (1980, p.11), reportam-se ao papel do professor como sendo um orientador do processo de aprendizagem. Cabe a ele ajudar o aluno a aprender, criando condições para que o sujeito busque informações e adquira conhecimentos. É função docente organizar estratégias para que o aprendiz conheça a cultura e crie sua própria cultura.

De acordo com os autores, pode-se concluir que é papel do professor traduzir ou tornar acessível aos alunos o conhecimento científico complexo, para que estes possam compreender e relacionar esse conteúdo com suas experiências cotidianas.

Logo, é possível afirmar que educar é tarefa difícil e trabalhosa, pois exige paciência, tolerância, dedicação e aperfeiçoamento constante. Ensinar não se resume apenas em transmitir informações, pois o ofício docente exige muito mais do que isso. É necessário trabalhar com a incerteza e a inovação sem deixar de lado o humano, os princípios de liberdade e respeito às diferenças, atendendo as necessidades individuais e coletivas, gerando oportunidades para todos e uma formação cidadã.

Após esta revisão de literatura descreve-se a metodologia adotada neste estudo.

1.9 GESTÃO ESCOLAR

As escolas são estabelecimentos de ensino que fazem parte das organizações burocráticas. Nelas, o controle e a regulação do trabalho são realizados para que as leis e normas sejam obedecidas. Contudo, as instituições escolares adquirem uma dimensão própria enquanto espaço organizacional, onde também se tomam importantes decisões educativas, curriculares e pedagógicas (MACHADO, 2013).

Uma escola pode ser compreendida também como um sistema de ações e reações, de iniciativas e omissões expressas por um grupo de sujeitos, que buscam atingir objetivos de caráter social ou individual, de médio e longo prazo ou imediatos, de enfoque educacional, corporativista e outros aspectos que podem influenciar o comportamento humano (LÜCK, 2010).

A escola pode ser vista também na óptica de uma organização social cujos atores contribuem para determinar o modo de ser e de fazer, de acordo com a maneira como interpretam e reagem diante de determinações e expectativas externas, de condições estruturais e funcionais internas, processos e decisões (LÜCK, 2010).

A gestão escolar visa suscitar o trabalho coletivo, valorizar os agentes sociais da escola e contribuir para um bom ambiente de trabalho (MACHADO, 2013). É através dela que se estabelece unidade, direcionamento, ímpeto, consistência e coerência à ação educacional, a partir de um paradigma e estratégias adotadas para tanto. A gestão escolar é área- meio e não um fim em si mesmo. Ela se qualifica para maximizar as oportunidades de formação, visando o aperfeiçoamento das ações e processos educacionais, voltados à melhoria da aprendizagem dos alunos (LÜCK, 2010).

Nesta perspectiva, a Gestão escolar pode ser definida como:

um conjunto de esforços de organização, liderança, coordenação e orientação da aplicação do projeto político-pedagógico definido no âmbito da escola, para a realização de suas responsabilidades educacionais, assumidas por uma equipe de gestão, sob liderança de seu diretor e equipe de gestão (LÜCK, 2010, p. 25).

Na escola pública a gestão é uma maneira de organizar o funcionamento da unidade de ensino quanto aos aspectos políticos, administrativos, financeiros, tecnológicos, culturais, artísticos e pedagógicos, com o propósito de dar transparência às suas ações e atos. Visa também possibilitar à comunidade escolar e local a aquisição de conhecimentos, saberes, ideias e sonhos num processo de aprender, inventar, criar, dialogar, construir, transformar e ensinar (BRASIL, 2006).

Na sequência deste estudo apresenta-se a metodologia utilizada para a coleta e análise dos dados.

2. METODOLOGIA

Esta investigação é de natureza aplicada porque objetivo conhecimentos práticos, voltados à solução de um problema específico, em verdade e interesses locais. A abordagem caracteriza-se como quali-quantitativa, pois a investigação objetivou buscar explicações sobre o fenômeno estudado. Quanto aos objetivos, caracterizou-se como exploratória, uma vez que visou proporcionar maior familiaridade com o problema, ajudando a identificar fatores relevantes. Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, classifica-se como um estudo de caso com aporte teórico, porque procurou documentar e analisar a implantação do Ensino Médio Politécnico no Instituto de Educação da Rede Pública Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul.

2.1 SUJEITOS DE PESQUISA

Participaram da coleta de dados 100 alunos e 07 docentes do 1º e 2º anos do Curso de Ensino Médio Politécnico do Instituto Estadual de Educação pesquisado. Os nomes dos alunos e professores que colaboraram com a investigação não serão citados, visando proteger suas identidades.

2.2 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada através de questionários aplicados aos sujeitos de pesquisa, com o objetivo de levantar as suas impressões e percepções quanto à forma como está ocorrendo à implementação do Ensino Médio Politécnico no Instituto de Educação pesquisado. Procurou-se, também, levantar dados em relação aos pontos positivos e negativos desta forma de organização curricular do Ensino Médio. O roteiro dos questionários está disponibilizado nos apêndices.

Após descrever a metodologia de análise de dados adotada neste estudo, caracterizar os sujeitos de pesquisa que colaboram na investigação empírica e apresentar os instrumentos utilizados no processo de coleta de dados, procede-se a análise dos dados.

2.3 ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados baseou-se no método de análise de conteúdo, com base em Moraes (1999). Esta técnica de análise de dados é geralmente utilizada para descrever e interpretar o conteúdo de toda a classe de documentos e textos. Através deste método se conduz a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajudando a reinterpretar as mensagens e atingir a compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. Trata-se de uma busca teórica e prática, com um significado especial no campo das investigações sociais. Constitui-se em bem mais do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias.

Segundo Caregnato e Mutti (2006), na análise de conteúdo o texto é um meio de expressão do sujeito, onde a pessoa que analisa busca categorizar as unidades de texto. A análise categorial funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamento analógico. Para Caregnato e Mutti (2006), a análise de conteúdo ocorre em três etapas: (1) a pré-análise; (2) a exploração do material; (3) o tratamento dos resultados e interpretação.

Neste contexto, apresenta-se na subseção seguinte a análise dos dados coletados entre os alunos.

2.3.1 Categoria de Análise I – O conceito de Politecnia

Os alunos foram questionados sobre o conceito de politecnia. Do universo pesquisado somente nove alunos sabiam o significado do termo “Politecnia”. Noventa e um alunos não sabiam o significado do termo. A falta de compreensão do significado do termo foi justificada pela falta de explicação dos professores.

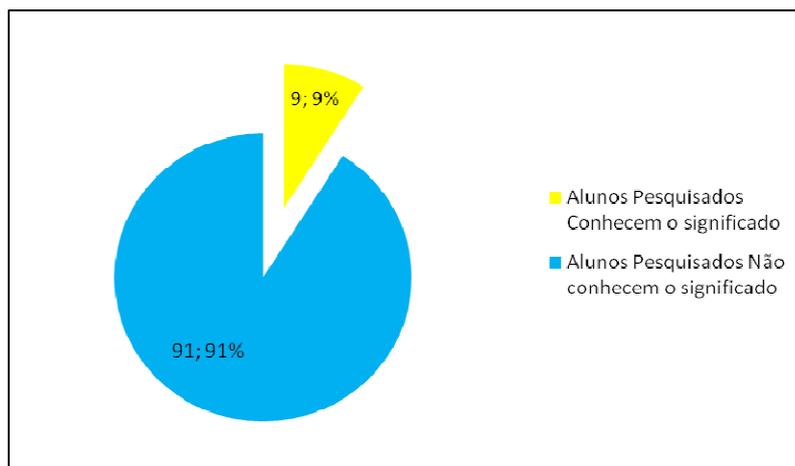


Figura 1 – Conceito de Politecnia

Constata-se que o conceito de Politecnia precisa ser compreendido pelos alunos, pois segundo Libâneo e Santos (2010, p. 20), a prática docente, enquanto atividade social de humanização dos indivíduos remete à responsabilidade social e ética de dizer por que fazer, o quê e como fazer. É muito importante que os alunos constituam suas identidades na dimensão social e cognitiva, para que se sintam pertencentes a determinados contextos socioculturais, históricos ou institucionais, o que confere sentido ao seu processo de ensino e aprendizagem.

Na sequência, apresenta-se a análise dos dados da categoria II.

2.3.2 Categoria de Análise II – Ensino Médio Politécnico

Perguntou-se aos alunos se eles sabiam o que era o Ensino Médio Politécnico. Do total de alunos pesquisados cinquenta e quatro não sabiam o que era o Ensino Médio Politécnico. Vinte e quatro jovens responderam que se tratava de um curso onde se trabalha com a elaboração de projetos, três responderam apenas que se trata de um curso, seis disseram que é um estudo mais avançado de uma área escolhida, três apontaram ser um curso voltado à graduação, um aluno respondeu ser a adição de mais aulas, dois responderam ser um novo método de ensino médio, quatro dizem ser um curso voltado ao mercado de trabalho, dois afirmam ser um curso onde tem a disciplina seminário, um respondeu ser um curso para terminar os estudos e quatro um curso para melhorar a educação.

Como discutido na seção 2.7, segundo Harasim (2009), é necessário desenvolver nos alunos a capacidade de refletir, questionar, pesquisar, raciocinar,

trabalhar em equipe e compreender a realidade, para que possam formular suas próprias ideias.

Mas, de acordo com os resultados obtidos pode-se constatar que os alunos não estão refletindo sobre o seu próprio curso, visto que cinquenta e quatro cursistas não têm a menor ideia do que é o Ensino Médio Politécnico, enquanto os outros 46 não conseguem dar uma resposta precisa, considerando apenas um ou dois aspectos que o envolvem. Esta realidade é ilustrada na figura abaixo:

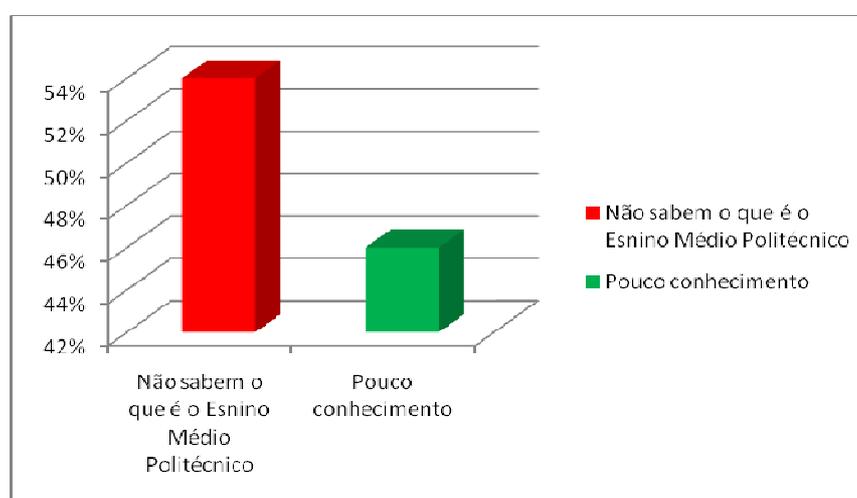


Figura 2 – Definição de Ensino Médio Politécnico

Segundo Sobrinho (2010), a construção da identidade é um processo cumulativo de experiências, saberes e práticas interligadas por meio da relação espaço e tempo e pela dimensão relacional que os mais diversos sujeitos estabelecem entre si em seu dia a dia. Evidencia-se, novamente, uma falha na atuação docente e gestora, pois os alunos não conseguem definir com propriedade o curso a que pertencem.

A equipe gestora precisa esclarecer para os alunos o que é o Ensino Médio Politécnico através de atividades pedagógicas organizadas para este fim, como: palestras, debates, vídeos e outras.

A seguir procede-se a análise de dados da categoria III.

2.3.3 Categoria de Análise III – Razões da matrícula no Ensino Médio Politécnico

Os alunos participantes da pesquisa foram questionados sobre as razões que os levaram a se matricular no Curso de Ensino Médio Politécnico. Oitenta e nove sujeitos de pesquisa responderam que não tiveram outra opção, um aluno apontou como razão da matrícula a preparação para o trabalho, um sujeito respondeu que foi necessário mudar de escola, dois justificaram sua escolha dizendo que não podem pagar uma escola particular, um acredita ser importante para se preparar para o vestibular, um participante não sabe por que se matriculou neste curso, dois não responderam e outros dois alegam que se matricularam para ter um futuro melhor e porque suas mães não permitem que fiquem sem estudar, finalmente, um aluno se matriculou porque busca uma educação completa.

Com base nos dados coletados é possível constatar que a grande maioria dos sujeitos pesquisados não optou pelo Curso de Ensino Médio Politécnico. Isto pode estar gerando um sentimento de desvinculação com o curso e, conseqüentemente, com a instituição escolar. Observe os extratos 1 e 2.

Extrato 1

Sujeito 23 - *Quem fez a minha matrícula foi minha mãe porque era a escola mais perto da minha casa. Nem ela nem meu pai perguntaram se eu queria estudar aqui.*

Extrato 2

Sujeito 44 – Na real eu queria mesmo era estudar na Rede Romano, mas é muito caro e meu pai não pode pagar. Minha namorada estuda lá. Eu ia ficar mais perto dela.

Segundo Marchesi (2010, p. 127), a cultura escolar apresenta uma dimensão denominada identificação com a instituição, que consiste em atribuir valor à escola como referencial de práticas e projetos que se desenvolvem individual ou coletivamente. Esta dimensão possui dois pólos extremos: a pertença e a desvinculação.

O sentimento de pertença acontece quando a maioria dos estudantes se sente participante de um projeto educacional, colaborando ou cooperando de

alguma forma para que a prática educativa seja bem sucedida. Neste caso, ele valoriza o fato de fazer parte de determinada instituição. Já a desvinculação acontece quando há ausência desse compromisso institucional. O aluno está em determinada escola como poderia estar em outra qualquer (MARCHESI, 2010).

O sentimento compartilhado de pertença à instituição contribui para que os aprendizes valorizem a escola, sintam-se interessados em seu bom funcionamento e se envolvam em sua defesa. Assim, vai se produzindo uma história, cultivando valores e tradições que comprometem a comunidade educativa, motivando os alunos e melhorando a qualidade da educação.

Conforme o mesmo autor, as escolas públicas ainda cuidam pouco da identificação dos seus alunos. Pode não haver tradição, nem se valorize a identificação com a escola ou se pense que todas as escolas públicas sejam mais ou menos iguais. Contudo, seria positivo investir na cultura do pertencimento, construir uma identidade, reforçá-la, estabelecer laços entre os antigos e novos alunos e ampliar as relações.

Diante das ideias de Marchesi (2010), entende-se que ainda não existe um sentimento de pertencimento ao Curso de Ensino Médio Politécnico por parte dos alunos pesquisados. A dinâmica de mudança vivenciada atualmente pelos sujeitos de pesquisa, resultante da implementação do novo curso e influenciada pela própria cultura dos alunos, atuação dos professores, gestão escolar, visão educacional e recursos existentes, pode estar gerando um sentimento de desvinculação. A não identificação com o curso e com a instituição pode causar falta de interesse por parte dos alunos e, conseqüentemente, problemas disciplinares, baixo rendimento escolar e evasão.

Na seqüência, apresenta-se a análise dos dados da categoria IV.

2.3.4 Categoria de Análise IV – O aluno e a pesquisa

Levantou-se a opinião dos alunos sobre o papel da pesquisa na construção de novos conhecimentos. Os dados obtidos apontam opiniões distintas, sendo que de um total de cem alunos investigados, 53% dos entrevistados consideram que a pesquisa possibilita a construção de novos conhecimentos, 37% acreditam que não, 6% pensam que em parte e 4% não responderam. Entre os 53% de alunos consultados que são a favor da pesquisa no currículo escolar, tem-se como

justificativa o maior interesse do aluno, preparação para a vida acadêmica e para o mercado de trabalho. Em relação aos 37% contrários, obteve-se como justificativa a falta de estrutura da escola, o despreparo docente para a orientação dos projetos, a sobrecarga nos estudos, a diminuição da carga horária de disciplinas importantes e a dificuldade para aprovação. Já 6% dos alunos consultados afirmaram que a pesquisa proporciona a construção de determinados conhecimentos em detrimento de outros. Isto é, se aprende a desenvolver um projeto de pesquisa nos padrões ABNT, porém a carga horária semanal das demais disciplinas diminui e, conseqüentemente, o aluno deixa de aprender conteúdos importantes para a realização do ENEM. Os dados descritos anteriormente estão ilustrados na figura 3.

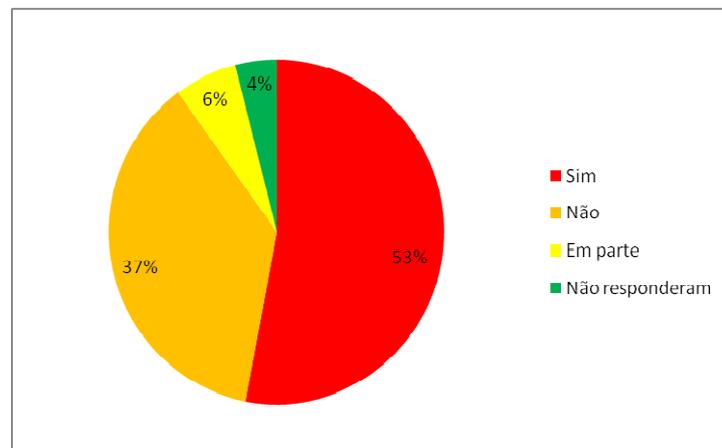


Figura 3 – Opinião dos alunos sobre a importância da pesquisa

Pode-se vislumbrar a opinião dos alunos sobre a importância da pesquisa na construção de conhecimentos nos extratos 3 e 4.

Extrato 3

Sujeito 36 – *Eu adoro pesquisar e acho bacana fazer trabalho em grupo. Por isso to gostando do seminário. Acho massa.*

Extrato 4

Sujeito 19 – *Bha! Pesquisar é legal. Ainda mais quando é um assunto que me acrescenta.*

Na perspectiva de Rossi et al. (2010), a modernidade veio acompanhada de uma civilização desigual e repleta de conflitos, na qual a escola surge como possibilidade de salvação. A ideia é que alcança o sucesso quem tem conhecimento. A instituição escolar ficou responsável por formar cidadãos do futuro e a educação para todos criou a possibilidade de todos terem uma chance de ascensão social.

Pode-se concluir que a grande maioria dos alunos reconhece a importância da pesquisa para uma educação de qualidade. Porém é importante ressaltar que, paralelamente, as atividades de pesquisa é imprescindível vencer outros desafios que podem desqualificar o Ensino Médio Politécnico, como: uma infraestrutura precária, profissionais da educação despreparados para o trabalho com pesquisa e alunos desmotivados devido às falhas do sistema.

Constata-se, ainda, que o processo de implementação do Ensino Médio Politécnico na instituição de ensino pesquisada está submetido a profundas tensões. Talvez a principal delas seja que as transformações sociais e tecnológicas ocorrem com grande velocidade, enquanto a escola as vivencia com ritmos mais lentos. Houve uma mudança de paradigma no Ensino Médio, mas a escola não estava preparada para tal transformação. Ocorre que tanto os alunos como os professores se sentem pressionados, desajustados, exigidos, mas sem o apoio necessário. Os alunos não são bem orientados pelos professores. Os professores não receberam formação de qualidade para orientar projetos de pesquisa. A instituição escolar não apresenta infraestrutura adequada para esta metodologia educacional. Mudaram as expectativas sociais, os meios de comunicação, os sistemas de informação, o mundo do trabalho, o papel do aluno e do professor, a configuração da família, os valores da sociedade e dos jovens, mas a organização da escola e o trabalho dos professores pouco se transformaram. Creio que reside nisto as tensões constatadas em relação à pesquisa no Ensino Médio Politécnico.

Dando continuidade a análise de dados, expõe-se a categoria V.

2.3.5 Categoria de Análise V – Seminário Integrado

Os alunos foram questionados quanto a sua opinião em relação ao Seminário Integrado. Os dados coletados elucidaram que 40% dos aprendizes consideram perda de tempo, pois existe muita confusão e os professores não estão preparados

para trabalhar com projetos de pesquisa. De forma oposta, 26% dos sujeitos de pesquisa consideram o Seminário Integrado importante, porque aprendem mais sobre o conteúdo do seu interesse. Um total de 9% dos entrevistados considera que o Seminário Integrado é desnecessário porque interfere no aprendizado de outras matérias; 5% acreditam que ele deveria melhorar; 1% diz que os alunos levam na brincadeira; 4% consideram insatisfatório, mas deveria ser ministrado somente por um professor; 2% consideram a metodologia satisfatória, mas desejam que a aprendizagem seja mais prática do que teórica, promovendo debates e trabalho colaborativo; 8% dizem que deve haver mais responsabilidade por parte de alunos, professores e da escola; 3% entendem que a metodologia é boa, mas não deveria interferir na carga horária das outras disciplinas; 2% dos pesquisados não responderam. Pode-se constatar a opinião do aluno 27 sobre as aulas de Seminário Integrado no extrato 5.

Extrato 5

Sujeito 27 - As aulas de Seminário são legais porque a gente faz pesquisa e trabalha em grupo. Mas é chato fazer a pesquisa nas normas da ABNT. É muita coisa para a gente saber. A profe não consegue atender todo mundo e quando ela chega no meu grupo bate para o recreio. Mas, acho que é bom mesmo assim.

Segundo SEC (2012), o Seminário Integrado juntamente com o Ensino Religioso e Língua Estrangeira faz parte da base diversificada da nova estrutura curricular do Ensino Médio politécnico. Sua metodologia se embasa em três eixos fundamentais. O primeiro é o eixo articulador e problematizador do currículo, que possibilita uma visão crítica e participativa entre alunos e professores, desenvolve-se no contexto da prática aglutinando diversos saberes integrados no mundo concreto, possibilita a captação do mundo real e estudo de problemas concretos. A ação pedagógica pode ser constituída a partir de eixos conceituais, como cultura, tecnologia e trabalho, infraestrutura, organização social, que motivarão os projetos vivenciais. O segundo eixo demonstra que o Seminário Integrado consiste em um lugar de integração dos conhecimentos formais com conhecimentos das realidades sociais, por isso interdisciplinar. O terceiro eixo embasador faz dele um espaço de produção de conhecimento por meio da postura de investigação, por familiarizar

alunos com a produção de pesquisa, relatórios analíticos e organização de encontros científicos.

A prática docente no Seminário Integrado deve demonstrar que saber e conhecimento estão sempre sujeitos a novas construções, isto é, são permanentemente inacabados.

A metodologia pedagógica do Seminário Integrado aponta várias vantagens educacionais, que podem promover melhorias na qualidade da educação. Entretanto, Vislumbra-se uma forte rejeição ao Seminário Integrado em consequência da confusão gerada pelo despreparo dos professores e da escola como um todo. Outro fator que gera a insatisfação dos aprendizes é que a implementação da disciplina de Seminário Integrado reduziu significativamente a carga horária das outras disciplinas e, conseqüentemente, a qualidade da aprendizagem dos conteúdos das mesmas. Outros aspectos como: a falta de interesse e compromisso dos alunos, mais de um professor ministrando a mesma disciplina, desejo por uma aprendizagem que priorize a prática a teoria, uma aprendizagem mais colaborativa e rica em debates, também foram determinantes para o sentimento de rejeição da disciplina de Seminário Integrado.

Constata-se uma grande dificuldade por parte da equipe docente e gestora de aferir as dificuldades que emergem a partir do Seminário Integrado. A situação se apresenta mais grave ainda porque, na falta de qualificação profissional para orientar projetos de pesquisa e balizar as exigências geradas pela nova metodologia, tanto os alunos como os professores acabam por pautar-se pelos padrões tradicionais de ensino, o que provoca confusão e instabilidade. Percebe-se que há um enorme caminho a ser percorrido no sentido de se efetivar um Ensino Médio Politécnico de qualidade. Não basta implementar um novo curso e uma nova disciplina, é preciso qualificar o modo de ensinar e aprender.

Segundo Paro (2008), é possível observar certa deteriorização da qualidade da força de trabalho empregada no ensino público, principalmente no que se refere ao corpo docente, que é o elemento mais importante que a escola tem a oferecer na realização dos projetos e objetivos escolares. Por outro lado, porque, quando se pretende realizar um trabalho de efetiva qualidade, trata-se de uma força de trabalho especial que requer longos períodos de formação. Existe uma despreocupação do estado para com a qualidade do produto que a escola tem a oferecer. A partir da saída da escola pública dos grupos sociais que tinham maior poder econômico e de

pressão, o estado deixa de interessar-se pela qualidade do ensino básico, provocando queda na qualidade. Assim, ocorreu ao longo dos anos uma progressiva desqualificação do trabalho do professor e o aviltamento de seu salário, porque não é mais do interesse do estado prover as massas trabalhadoras de um ensino de qualidade, o estado passou a dar importância cada vez menor à escola pública.

Logo, constata-se a pertinência das colocações dos alunos, quando afirmam que a disciplina de Seminário Integrado não passa de uma perda de tempo, pois existe muita confusão e os professores não estão preparados para ministrá-la.

A seguir, procede-se a análise dos dados da categoria VI.

2.3.6 Categoria de Análise VI – Ensino Médio Politécnico X Qualidade

Perguntou-se a opinião dos alunos sobre se o Ensino Médio Politécnico pode melhorar ou piorar a qualidade da educação no Rio Grande do Sul. Os dados coletados apontaram que 57% dos entrevistados acreditam que a qualidade da educação poderá piorar com esta nova modalidade de Ensino Médio, 32% acham que pode melhorar, 4% pensa que a qualidade da educação dependerá da metodologia pedagógica e da dedicação dos professores de cada instituição de ensino, 5% não sabem e 2% não responderam. Os percentuais estão ilustrados na figura 4.

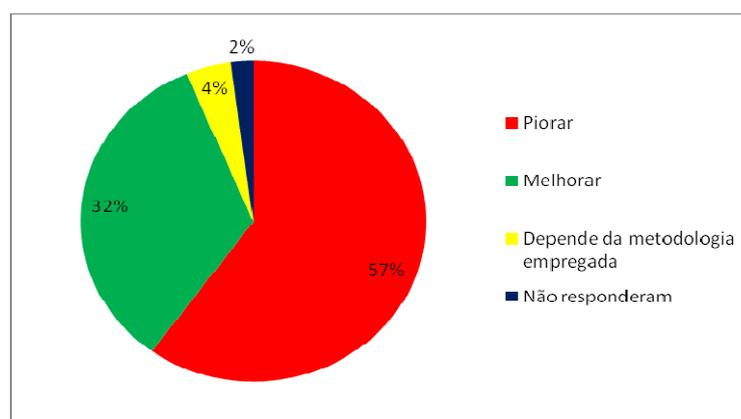


Figura 4 – Qualidade da educação X Ensino Médio politécnico

Conforme os percentuais, a maioria dos cursistas não acredita que a qualidade da educação irá melhorar com a implementação do novo Ensino Médio Politécnico. Os alunos justificam sua opinião apontando a diminuição da carga horária das demais disciplinas, considerando desnecessária uma disciplina específica para a elaboração de projetos e, em relação à avaliação, o aluno que é

aprovado com 60% tem a mesma valorização daquele que é aprovado com 100%. Esta opinião pode ser constada no extrato 6.

Extrato 6

Sujeito 51 - *Eu acho que não ta certo diminuir as aulas de outras matérias por causa do Seminário. Antes a gente tinha mais aula de Física e Química. Com o politécnico diminuiu. E aí no ENEM como fica? A gente não vai saber muito dessas matérias.*

Os entrevistados que vêm de forma positiva a nova modalidade de ensino e pensam que a qualidade da educação pode melhorar, colocam que isso somente será possível se houver a qualificação dos professores e a não diminuição da carga horária das outras disciplinas que constituem o curso. Esta opinião está exposta no extrato 7.

Extrato 7

Sujeito 83 – *Acho que o Ensino Médio politécnico tem uma ideia bacana, mas vai depende da qualidade das aulas, se os professores se puxarem. E colocarem as aulas que tiraram, porque a gente saiu perdendo em algumas disciplinas.*

Vislumbra-se que a implementação do Ensino Médio Politécnico não está sendo satisfatória, pois a mudança requer uma série de providências que não são simples de executar. Os atuais professores foram formados em licenciaturas específicas, como física, matemática, história, geografia e outras, tendo que dar conta somente da sua área de formação ou disciplina. O novo modelo exige que o docente oriente projetos de áreas diferentes daquela em que se formou ou faça a integração entre áreas diferentes, o que exige uma postura interdisciplinar. O trabalho interdisciplinar implica uma profunda reorganização das escolas, os professores precisam programar as aulas juntos, o trabalho precisa ser cooperativo, esta prática implica o comprometimento de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem e formação continuada de qualidade.

Outro aspecto que dificulta a implementação do Ensino Médio Politécnico é a fadiga docente. Segundo Perrenoud (2005), os professores estão cansados de

reformas escolares. O esgotamento profissional e o estresse são temas cada vez mais presentes nos debates sobre a educação. O modo de vida agitado da sociedade também interfere neste processo. O magistério é uma profissão que flerta todos os dias com os limites da ação docente sobre o aluno. Isto requer certa estabilidade mental. A impossibilidade de instruir todas as pessoas desenvolve uma forma de sofrimento próprio da profissão docente. Esta tensão acontece quando os profissionais têm a impressão de que é a organização que os impede de trabalhar ou provoca sobrecarga, devido a reformas apressadas, decisões arbitrárias, falsas respostas, investimentos que não correspondem às verdadeiras necessidades, disputas administrativas e políticas.

Conforme o mesmo autor, a fadiga docente aumenta quando o professor sente que o sistema não reconhece o seu trabalho, de que até mesmo não o conhece ou quando especialistas impõem procedimentos ou meios sem relação com o que pode efetivamente ser realizado em sala de aula. A fadiga surge a partir da falta de sentido do trabalho, da falta de sintonia entre o projeto e sua aplicação, o trabalho real e seu reconhecimento explícito, a prática dos professores e o discurso dos burocratas.

Na perspectiva de Perrenoud (2005), não se pode fingir que as soluções encontradas no centro do poder são boas para todas as instituições de ensino. Isso é administrar o sistema escolar como se todas as escolas fossem iguais, sem considerar suas diferenças, identificar o que cada uma delas sabe fazer bem e deseja realizar.

Em suma, pode-se concluir que a implementação do Ensino Médio Politécnico não é tarefa fácil, pelo contrário, apresenta um alto grau de complexidade. Os alunos mais conscientes constataram as falhas, principalmente, no que diz respeito à falta de preparo dos professores para trabalhar de forma interdisciplinar e orientar os projetos de pesquisa, na diminuição da carga horária destinada à formação geral.

Voltando o olhar para a opinião dos professores sobre os aspectos que envolvem e tencionam a implementação do Ensino Médio Politécnico, procede-se a análise dos dados coletados entre os professores.

2.3.7 Categoria de Análise VII – Visão dos professores sobre a implementação do Ensino Médio Politécnico.

Os professores foram questionados a respeito da implementação do Ensino Médio Politécnico. Suas opiniões estão nos extratos a seguir:

Extrato 8

O professor A respondeu que: *“a intenção é boa, mas não está dando certo, tanto por alguns professores como alunos”*.

Extrato 9

O professor B acha que: *“o curso muito interessante, porém acha que é necessário esclarecer melhor os alunos”*.

Extrato 10

O professor C acredita que: *“a essência é muito boa, pois proporciona a pesquisa, a leitura a alunos e professores, mas não é isso que se vê na maioria das vezes, pois não se teve estrutura para acompanhar estas mudanças”*.

Extrato 11

O professor D afirma que: *“o curso de Ensino Médio Politécnico, se fosse bem estruturado, bem planejado e elaborado, seria de grande valia, porém como foi imposto sem estrutura, sem planejamento, não está sendo bom”*.

Extrato 12

O professor E respondeu que: *“o curso precisa ser revisto e melhorar em muitos aspectos”*.

Extrato 13

O professor F diz que *“a ideia é boa, mas a aplicação e a distribuição da carga horária deveriam ser repensadas”*.

Extrato 14

O professor G afirma “*ter muita carga horária e pouca qualidade*”.

Percebe-se na fala dos professores pesquisados que a proposta do curso é considerada satisfatória pela maioria deles, mas que não houve preparo de estrutura prévia suficiente para acompanhar as mudanças com sucesso. A questão da distribuição da carga horária é apontada como uma questão a ser repensada, assim como o trabalho docente e discente. A grade curricular do Ensino Médio Tradicional e a adotada no ano de 2013, durante a implementação do Ensino Médio Politécnico, podem ser analisadas nas planilhas em anexo.

Convém ressaltar, a opinião do professor D a respeito da forma como o curso esta sendo implementado, ou seja, de forma imposta verticalmente, sem discussão prévia e participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar como um todo.

Segundo Perrenoud (2005), realizar uma reforma escolar é tarefa muito difícil. A reforma escolar supõe um plano global, uma visão e, portanto, um arquiteto. Mas, isto só não basta, pois a realização se depara com uma diversidade de problemas, grandes e pequenos, que precisam ser resolvidos um a um, de forma paciente e inteligente. Assim, os diferentes componentes do projeto se tornam confiáveis aos poucos e se inserem na coerência do conjunto.

Conforme o mesmo autor, a solução para realizar modificações em um sistema é à capacidade que a instituição tem de coordenar a ação de reforma e de orientar o processo. A orientação negociada visa transformar os conflitos em debates e as visões individuais em acordos comuns aceitáveis.

Entende-se que talvez resida neste ponto a solução dos problemas apontados pelos docentes, no que se refere ao processo de implementação do Ensino Médio Politécnico.

Assim, na subseção seguinte tem-se a análise dos dados da categoria VIII.

2.3.8 Categoria de Análise VIII – O olhar dos professores sobre o Seminário Integrado

Buscou-se a opinião dos professores sobre a disciplina de Seminário Integrado. Suas contribuições podem ser vislumbradas nos extratos a seguir:

Extrato 15

O professor A disse que: *“os professores que ministram esta disciplina deveriam ser preparados ou ao menos estudar para se integrar com projetos”*.

Extrato 16

O professor B diz que: *“além de ser direcionado a projetos deveria ser trabalhado e desenvolvido junto com as matérias e realizados em horários alternados do normal”*.

Extrato 17

O professor C afirma que: esta disciplina *“deveria ser muito bem aproveitada para pesquisa e leitura se tivéssemos ambientes apropriados”*.

Extrato 18

O professor D afirma que: *“falta preparo para os professores e alunos”*.

Extrato 19

O professor E coloca que: *“é uma proposta boa, mas precisa de ajustes. O SI não se caracteriza como disciplina e sim por uma metodologia de trabalho para integrar de forma interdisciplinar os componentes curriculares da grade do EMP”*.

Extrato 20

O professor F diz que: *“primeiro não há necessidade de tanta carga horária para os segundos anos. O aluno necessita de disciplinas básicas para seu concurso. Segundo os profissionais que trabalham com essa disciplina deveriam ter mais qualidade e não preencher carga horária”*.

Extrato 21

O professor G coloca que: *“seria boa se fosse um professor apenas, com um período de aula ou dois, no máximo, dentro do turno do aluno”*.

As opiniões expostas pelos professores reforçam a fala dos alunos, isto é, eles também sinalizam a necessidade de uma maior qualificação profissional para trabalhar de forma interdisciplinar, a existência de estrutura adequada para aplicar a nova metodologia pedagógica e a não redução da carga horária das disciplinas de formação geral.

A ideia de interdisciplinaridade expressa na proposta do Ensino Médio Politécnico também gera tensões, como pode ser observado no estrato do professor do professor G, quando coloca que *“seria bom que o trabalho desenvolvido no Seminário Integrado fosse orientado apenas por um professor, com um ou dois períodos de aula, no máximo, dentro do turno do aluno”*.

A interdisciplinaridade se baseia no diálogo e na integração das diferentes áreas de estudo. O sucesso dessa metodologia depende de inúmeros fatores, como o interesse e a qualificação dos professores, estrutura da escola, tempo para planejamento cooperativo e discussões das atividades em equipe.

Segundo Fazenda (1993), o pensar interdisciplinar parte do princípio de que nenhuma forma de conhecimento é em si mesma racional. Ela deve ter o diálogo com outras formas de conhecimento, deixando-se interpenetrar por elas. Parte-se do senso comum e amplia o conhecimento através do diálogo com o conhecimento científico. Permite o enriquecimento da relação com o outro e com o mundo. Um projeto interdisciplinar consegue captar a profundidade das relações conscientes entre as pessoas e entre as coisas. Trata-se de um projeto que não se oriente apenas para produzir, mas que emerge espontaneamente no decorrer da vida, pela vontade própria.

Em um projeto interdisciplinar não se ensina nem se aprende, vivencia-se e exerce-se, de forma responsável, a partir do envolvimento com o projeto em si, com os outros sujeitos e uma instituição a que pertence.

Outro aspecto que emerge dos dados coletados entre professores e, que também foi apontado entre os alunos, é a falta de competência docente para o trabalho com projetos de pesquisa.

Na visão de Tardif (2002, p. 13):

Ensinar é agir com outros seres humanos; é saber agir com outros seres humanos que sabem que lhes ensino; é saber, que ensino a outros seres humanos que sabe que sou um professor, etc. Daí decorre todo um jogo sutil de conhecimentos, de reconhecimentos e de papéis recíprocos, modificados por expectativas e perspectivas negociadas.

Para o mesmo autor, o conhecimento não é uma substância ou um conteúdo fechado em si próprio, já que ele se manifesta por meio das relações complexas que se estabelecem entre professor e aluno. Não se pode desconsiderar que os professores ensinam e o seu modo de ensinar precisa evoluir com o tempo, conforme as mudanças sociais. Assim, o conhecimento dos professores, tanto em relação ao que é ensinado quanto à metodologia de ensinar, está alicerçado nas construções sociais cujos conteúdos, formas e modalidades dependem intimamente da história de uma sociedade, de sua cultura legítima, como as técnicas, humanísticas, científicas, populares e outras. E também de seus poderes e hierarquias que predominaram até então na educação formal e não formal.

Tardif (2002) afirma que o saber³ dos professores não é um conjunto de conteúdos cognitivos determinados de uma vez por todas, mas um processo em construção ao longo da carreira docente, na qual o professor aprende progressivamente a dominar seu ambiente de trabalho, ao mesmo tempo em que se insere nele e o interioriza por meio de normas de ação que se tornam parte integrante de sua prática pedagógica. Portanto, o saber docente está sempre ligado a uma situação de trabalho com outras pessoas, baseado na tarefa complexa de ensinar, situado num ambiente de trabalho, enraizado em uma instituição escolar e em uma sociedade. Desta forma, o conhecimento dos professores depende de certa forma, das condições concretas nas quais o trabalho se realiza e, de outra maneira, da personalidade e experiência profissional adquirida pelos próprios professores.

Nessa perspectiva,

o que eu sou e o que eu faço ao ensinar devem ser vistos aqui não como dois pólos separados, mas como resultados dinâmicos das próprias transações inseridas no processo de trabalho escolar. Os saberes de um professor são uma realidade social materializada através de uma formação, de programas, de práticas coletivas, de disciplinas escolares, de uma

³ Para Tardif (2002, p. 295), os saberes são entendidos, num sentido amplo, como o conjunto de conhecimentos, competências e habilidades que nossa sociedade considera suficientemente úteis ou importantes para inseri-los em processos de formação institucionalizados.

pedagogia institucionalizada, etc., e são também ao mesmo tempo os saberes dele (TARDIF, 2002, p. 16).

Diante do que foi colocado por Tardif (2002), entende-se que o saber docente é um ofício multidimensional que engloba elementos distintos, como: a identidade pessoal e profissional do professor, a sua situação socioprofissional, seu trabalho diário na escola e na sala de aula, as condições de infraestrutura em que ocorre este ofício e a história de vida e formação profissional.

Já a experiência de trabalho é apenas um espaço onde o docente aplica os saberes adquiridos, com base na refletividade, retomada, reprodução, reiteração daquilo que se sabe naquilo que se deve saber fazer, com o intuito de produzir sua própria prática pedagógica.

Acredita-se que o problema apontado por alunos e professores, referente à falta de qualificação dos professores para trabalhar com projetos de pesquisa, na disciplina de Seminário Integrado, reside tanto na formação pedagógica inicial, como na formação continuada, que deve ser realizada em serviço.

Até o momento os professores não precisavam utilizar a metodologia de projetos em sua prática pedagógica, a mantenedora também não investiu o suficiente em formação continuada de qualidade nesta abordagem. Logo, concluí-se que os professores não estão devidamente capacitados para desempenhar adequadamente sua nova função.

Acredita-se que a falta de uma formação continuada de qualidade, que engendrasses competências para trabalhar no desenvolvimento e orientação de projetos de pesquisa, pode ter influenciado ou até mesmo determinado o quadro descrito pelos alunos e, também, pelos próprios docentes que participaram da pesquisa.

Entende-se que, o programa de formação continuada promovido pela mantenedora em parceria com a escola não está atendendo às necessidades dos professores. Os cursos de formação continuada precisam estar baseados na realidade educacional de cada unidade de ensino.

Por fim, apresenta-se a análise dos dados referentes à categoria IX.

2.3.9 Categoria de Análise IX – Ensino Médio Politécnico: Pontos Positivos e Negativos

Questionaram-se os professores sobre os pontos positivos e negativos do Ensino Médio Politécnico. A opinião deles está exposta nos seguintes extratos:

Extrato 22

Professor A – Ponto positivo - *“o trabalho com projetos aguça a curiosidade dos alunos. Porém, ressaltou que isto não está acontecendo”*. Como ponto negativo - *“ocorre o desinteresse dos alunos e de alguns professores”*.

Extrato 23

O professor B indicou como positivo - *“o fato de que o aluno aprende a desenvolver um projeto, a fazer pesquisa de forma correta, direcionando a sua formação”*. Como negativo reportou-se - *“à diminuição da carga horária das disciplinas básicas e ao excesso de aulas de Seminário Integrado”*.

Extrato 24

O professor C indicou como positivo - *“a orientação dos projetos, apesar das dificuldades estruturais”*. Como negativo - *“o fato que alguns professores não acreditam na proposta e, conseqüentemente, não conseguem transpor as barreiras estruturais”*.

Extrato 25

O professor D salienta como positivo - *“o trabalho com projetos”* e como ponto negativo- *“o excesso de horas aula de Seminário Integrado”*.

Extrato 26

O professor E aponta como positivo - *“o trabalho em equipe e a prática interdisciplinar”*. Já como aspectos negativos - *“a falta de preparo dos recursos humanos e a ausência de investimentos financeiros suficientes para apoiar a proposta e os projetos”*.

Extrato 27

O professor F cita como positivo - *“o trabalho do aluno a partir de um tema do seu interesse, o trabalho em equipe e o desenvolvimento da habilidade de apresentação oral”*. Como negativo aponta - *“a diminuição da carga horária das*

disciplinas básicas, o fato de alguns alunos estarem elaborando projetos contrariados, professores despreparados, falta de recursos tecnológicos e espaço físico”.

Extrato 27

O professor G ressalta como positivo – *“a aprendizagem por projetos e o fato de promover a curiosidade dos alunos”*. Como negativo – *“a falta de espaço físico para ministrar aulas no turno oposto e a diminuição da carga horária de algumas disciplinas. Ele justifica dizendo que fica muito difícil trabalhar as disciplinas básicas com tempo restrito”*.

Através dos dados coletados, pode-se concluir que a diminuição da carga horária das disciplinas básicas, o excesso de horas aula para os trabalhos de Seminário Integrado, o desinteresse de alguns professores e alunos, a falta de qualificação dos professores, os problemas de espaço físico para ministrar aulas no turno oposto e a insuficiência de investimentos financeiros para o trabalho com pesquisa, configuram-se como principais pontos negativos.

Em contrapartida, o trabalho com projetos, o trabalho em equipe, a escolha do tema de acordo com o interesse do aluno e o desenvolvimento da habilidade de apresentação oral são compreendidos como pontos positivos do Curso de Ensino Médio Politécnico pelos docentes consultados.

Segundo Fonseca (2009), precisamos compreender a qualidade da educação brasileira a partir da dinâmica socioeconômica e cultural do país. Isto implica analisar como a política educacional interage com os projetos nacionais de desenvolvimento, os quais se articulam de forma mais ou menos autônoma, com as sucessivas transformações da economia mundial. Supõe, ainda, compreender a sua interlocução com os movimentos pedagógicos e metodológicos e com as demandas da sociedade organizada, como aquelas que emergem dos educadores, muitas vezes defendendo posições antagônicas à política oficial.

No âmbito da função social, uma educação de qualidade busca preparar o sujeito para o exercício da ética profissional e cidadania. Supõe também educar o indivíduo para ter acesso e compreender todas as manifestações culturais humanas.

Na perspectiva pragmática, a educação de qualidade se resume ao provimento de padrões aceitáveis de aprendizagem para inserir o sujeito na dinâmica de mercado, isto é, ser um produtor e consumidor.

Adotando como referência a função equalizadora da educação, que exige do Estado responsabilidade para assegurar a oferta, o acesso e a permanência de todos no sistema de ensino, a qualidade se articula à noção de direito individual. A ampliação do acesso à educação básica que ocorreu nas últimas décadas é considerada um indicador de que a qualidade da educação está melhorando, pois funciona como mecanismo de inclusão da população historicamente excluída.

Por outro lado, a ampliação do acesso à educação básica estimula o acesso aos níveis subsequentes de ensino e gera novos desafios para o sistema, como a superação do aprendizado insuficiente e dos altos níveis de reprovação e de evasão escolar. A ampliação do acesso atrai para as instituições escolares uma diversidade de usuários que, por sua vez, gera novas exigências para a qualidade.

Do ponto de vista das políticas públicas dirigidas para o sistema, a qualidade pode ser vista como avaliação externa, financiamento público, inovação tecnológica, formação de gestores e docentes. Pode-se, ainda, examiná-la sob o prisma da dinâmica interna das instituições escolares, da gestão institucional, autoavaliação e currículo.

Neste contexto, a qualidade da educação tem como horizonte as diferentes dimensões da vida social. Exigindo uma interação constante entre as políticas educacionais e os campos da ciência, da cultura, da cidadania e da ética.

Conforme Fonseca (2009), a sociedade espera que o Estado faça a sua parte, atuando com poder mediador, capaz de dinamizar as demandas que surgem do campo científico e econômico, da comunidade educacional e das famílias, de forma a levá-las ao encontro de um projeto educacional que inclua todas as dimensões do conhecimento humano. No exercício equalizador, no que diz respeito a prover condições para a superação das dificuldades que afetam as instituições educacionais, no âmbito orçamentário, gestor, pedagógico e cultural. E, finalmente, deseja-se que o Estado cumpra sua função de preparar os profissionais da educação para que atuem como sujeitos centrais no processo de construção de um projeto de qualidade.

Considerando o que foi colocado pelos alunos e professores investigados, em relação aos pontos positivos e negativos do Ensino Médio Politécnico, constata-se

que o Estado não está exercendo satisfatoriamente sua função equalizadora. É de sua responsabilidade prover condições suficientes para que o instituto supere as dificuldades que o afetam, como: a falta de verba para o desenvolvimento de projetos educacionais, ampliação do espaço físico, investimentos em tecnologia e formação de professores.

Como elucidado através dos dados coletados, é necessário também que o Estado repense a questão da carga horária excessiva da disciplina de Seminário Integrado, bem como a diminuição do número de aulas das disciplinas básicas, como Matemática e Língua Portuguesa. É direito do aluno que estuda na rede pública de ensino adquirir os mesmos conhecimentos daqueles que estudam na rede privada.

Logo, se a rede pública diminui a carga horária das disciplinas básicas, restringe também a aprendizagem de uma série de conhecimentos que não serão trabalhados durante o ano letivo. Isto coloca o aluno da escola pública em desvantagens cognitivas ao da rede privada.

Segundo Dourado e Oliveira (2009), a qualidade da educação é um fenômeno complexo, abrangente, que envolve múltiplas dimensões, extra e intracurriculares. Portanto, devem-se considerar os diferentes atores, a estratégia pedagógica, o currículo, as expectativas de aprendizagem da comunidade escolar, bem como os distintos aspectos extraescolares que influenciam direta ou indiretamente nos resultados educativos.

Acredita-se que a implementação do Ensino Médio Politécnico está sendo realizada de forma vertical e autoritária, de modo oposto ao que reza os princípios democráticos. E, para agravar a situação, o governo não investiu o suficiente em infraestrutura e formação de professores, o que é determinante para a boa qualidade do ensino. Contudo, cabe ressaltar, que a gestão escolar tem autonomia para atender as especificidades da comunidade escolar e pode reestruturar seu projeto político pedagógico, conforme as necessidades levantadas nesse estudo. Esta autonomia esta prevista na LDB de 1996.

Em relação aos pontos positivos, constata-se que a maioria dos professores, considera importante o trabalho com projetos nos moldes como está sendo realizado, isto é, com foco na pesquisa, no interesse do aluno, no trabalho em equipe e na apresentação oral em encontros científicos das pesquisas realizadas.

Confirma-se, assim, a aplicação do princípio disposto no Plano de Reestruturação e Expansão do Ensino Médio como fundamental, que propõe um processo educativo centrado no aprendiz, respeitando suas características biopsicológicas, sócio-culturais e econômicas.

Para finalizar, delineiam-se algumas considerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão educacional baseia-se na organização dos sistemas de ensino federal, estadual e municipal e das incumbências desses sistemas. As diferentes instâncias desses sistemas se articulam para determinar, executar e deliberar normas no setor educacional e da oferta de vagas para a educação pelo setor público e privado. Cada sistema desempenha um papel fundamental no contexto educacional brasileiro.

De forma diferente da gestão educacional, a gestão escolar trata das funções que as instituições escolares possuem de cumprir as normas comuns dos sistemas de ensino. É competência da equipe de gestão escolar elaborar e executar sua proposta pedagógica, administrar seus recursos humanos, materiais e financeiros, zelar pela qualidade do ensino e aprendizagem do aluno, proporcionando meios para uma educação de qualidade.

A escola é um lugar de socialização, onde se aprende os conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, como também valores e princípios necessários ao convívio social. É papel de a gestão escolar garantir meios para a aquisição desses conhecimentos e valores.

Ao refletir sobre as respostas dos alunos e professores a respeito dos diferentes fatores que envolvem a implementação do Ensino Médio Politécnico, foi possível confirmar alguns problemas percebidos, mas até então não comprovados através de uma pesquisa com maior rigor científico.

Os dados levantados entre alunos e professores elucidaram uma série de pontos positivos e negativos, que precisam ser analisados e discutidos pela comunidade escolar em busca de soluções.

Através deste estudo foi possível constatar que a maioria dos alunos não compreende o conceito de Politecnia. Entende-se que ocorreram falhas na atuação dos gestores e professores, que têm responsabilidade social e ética de esclarecer os fundamentos que alicerçam o curso em que estão matriculados.

Convém ressaltar que os alunos precisam compreender a realidade para que possam formular suas próprias ideias e sentirem-se pertencentes a um grupo ou instituição social. A escola é um espaço habitado por indivíduos que podem ter entre

si profundas diferenças, é um lugar de aprendizagem, de relações sociais, enfim é um espaço público e precisa ter significado para seus alunos.

Outro aspecto que deve ser salientado está relacionado com a opção pelo curso. A maioria dos alunos não efetuou a matrícula por desejo próprio. Este aspecto pode gerar um sentimento de desvinculação com o curso e da instituição escolar. O sentimento de pertença contribui para que os estudantes valorizem a escola e se envolvam em seus projetos, produzindo conhecimento, história, cultivando valores e tradições.

Quanto ao papel da pesquisa no processo de ensino e aprendizagem, a grande maioria dos aprendizes e professores considera que ela possibilita a construção de conhecimentos, preparando para a vida acadêmica e para o mercado de trabalho. Logo, a importância da pesquisa é reconhecida por esses sujeitos.

O Seminário Integrado é considerado desnecessário pela maioria dos alunos. A partir disso, constata-se certo descontentamento por esta metodologia de trabalho devido ao despreparo dos professores e da escola como um todo. A elevada carga horária do Seminário Integrado implica na diminuição da carga horária de algumas disciplinas de formação geral, gerando insatisfação da comunidade escolar.

A maioria dos alunos acredita que o Ensino Médio Politécnico, da forma como está sendo implementada, não irá melhorar a qualidade da educação. A diminuição da carga horária das disciplinas básicas coloca o aluno da escola pública em desvantagem cognitiva ao da escola privada, gerando uma forte tensão.

Os professores consideram a proposta do Ensino Médio Politécnico satisfatório, porém entendem que antes da implementação, o Estado deveria ter promovido melhorias em infraestrutura e qualificação docente.

Os alunos apontam o trabalho com pesquisa como positivo, uma vez que consideram importante para a vida acadêmica e inserção no mercado de trabalho.

Os professores apontam como fatores positivos o trabalho com projetos interdisciplinares, o trabalho em equipe, o desenvolvimento de competências voltadas à pesquisa e a expressão oral.

Pode-se concluir que a implementação do Ensino Médio Politécnico, na instituição pesquisada, apresenta uma série de desafios a serem vencidos. Nem sempre as soluções encontradas pelo Estado, no âmbito educacional, são significativas para todas as realidades. É importante considerar as diferenças e identificar as reais necessidades de cada comunidade.

A implementação de um novo curso não é tarefa fácil, pois apresenta um alto grau de complexidade, exigindo a participação ativa de todos os envolvidos. Espera-se que o Estado cumpra a sua função, garantindo infraestrutura suficiente e formação continuada de qualidade para os professores.

Por outro lado, é imprescindível que os gestores e professores se comprometam, investindo em sua própria formação e na qualificação da sua intervenção pedagógica. Sem negligenciar sua responsabilidade ética e social de esclarecer ao aluno as questões que constituem seu contexto educacional.

Os resultados obtidos podem servir de subsídios para uma reflexão sobre as práticas e metodologias que estão sendo desenvolvidas até então. Assim, podem-se buscar soluções para os problemas, com o propósito de tornar mais eficiente a intervenção docente e a gestão escolar, promovendo melhorias na qualidade da educação.

Nesta perspectiva, é necessário ressaltar a importância da autonomia que a escola possui e que está prevista na LDB de 1996. A partir dela a gestão escolar pode atender as especificidades regionais e locais, reestruturar o plano político pedagógico, na busca de uma educação de qualidade.

Como a implementação ainda não está concluída, propõe-se a continuidade desta pesquisa, investigando o processo de implementação no terceiro ano do Ensino Médio Politécnico na mesma instituição escolar ou em outras escolas do Estado, utilizando o procedimento metodológico de estudo de caso múltiplos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC. SEMTE. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2002a.

_____. MEC. SEMTE. **PCN + Ensino Médio: Orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências humanas e suas tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação, 2002b.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo**. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2006, Out-Dez; 15(4): 678.

CARLOS, Jairo G. **Interdisciplinaridade no Ensino Médio: desafios e potencialidade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2009.

DOURADO, Luiz Fernandez; OLIVEIRA, João Ferreira. **A qualidade da educação: perspectivas e desafios**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

FAZENDA, Ivani (org.). **Dicionário em construção: interdisciplinaridade**. - 2. ed. - São Paulo: Cortez, 2002.

FAZENDA, Ivani. **Práticas interdisciplinares na escola**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro; FIDALGO, Nara Luciene Rocha (org.). **Educação profissional e a lógica das competências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FONSECA, Marília. **Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social**. Cad. Cedes, Campinas, Vol. 29, n. 78, p. 153-177, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

LIBÂNEO, José Carlos; SANTOS, Akito. **Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus Professor, Adeus Professora?** novas exigências educacionais e profissões docente. São Paulo: Cortez, 1998.

LÜDKE, Menga. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCHESI, Álvaro. **O que será de nós, os maus alunos?** Porto Alegre: Artmed, 2006.

MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. In. **EDUCAÇÃO**. Porto Alegre: Ano XXII, nº 37, março de 1999. p. 7-32.

BRISO, Caio Barreto; BARBOSA, Kleyson; BARRUCHO, Luís Guilherme; KRAUSE, Sofia. **REVISTA VEJA EDUCAÇÃO**. *O papel do professor: guiar o aprendizado*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/papel-professor-manter-se-antenado>>. Acesso em 11 dez. 2011.

HARGREAVES, Andy. **O ensino na sociedade do conhecimento: educação na era da insegurança**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

GAROFLE, NAYRA **Especialista fala sobre a importância da formação continuada**. Conexão Professor. Disponível em: <http://www.conexao professor.rj.gov.br/especial.asp?EditeCodigoDaPagina=7283> Acesso em: 26 de out. de 2013.

PERRENOUD, Philippe. *A escola de A a Z: 26 maneiras de repensar a educação*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

PRENSKY, Marc. **Nativos Digitais, Imigrantes Digitais**. Tradução do artigo "Digital natives, digital immigrants", de Marc Prensky. Tradução gentilmente cedida por Roberta de Moraes Jesus de Souza: professora, tradutora e mestranda em educação pela UCG. De *On the Horizon*: NCB University Press, Vol. 9 No. 5, Outubro, 2001.

ROSSI et al. **Ensino Médio: docência, identidade e autoria**. São Leopoldo: Oikos, 2010.

SEE - PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA O ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO 2011-2014. Disponível em: http://www.educacao.rs.gov.br/dados/ens_med_proposta.pdf. Acessado em: 03 de jan. de 2013.

SOBRINHO, ANTONIO FÁVORO. *O aluno não é mais aquele! E agora professor? A transfiguração histórica dos sujeitos da educação*. Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, novembro de 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 3ed. São Paulo: Autores associados; Cortez, 1983.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL. *Formação pedagógica aborda seminário integrado*. Disponível em: http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/noticias_det.jsp?ID=8251 Acessado em: 30 de out. de 2013.

TARDIF, Mauríce. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O ofício de professor: história, perspectivas e desafios internacionais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

UNESCO. **Protótipos Curriculares de Ensino Médio e Ensino Médio Integrado: Resumo Executivo**. Brasília, Debates ED, n.1, maio 2011.

APÊNDICES

Apêndice A – Instrumento de coleta de dados – alunos



Universidade Aberta do Brasil - UAB
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM
Centro de Educação - CE
Curso de Especialização a Distância em Gestão Educacional

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS – ALUNOS

1. Você sabe o que significa o termo politecnia? () sim () Não

Explique:

2. Você sabe o que é o Ensino Médio Politécnico? () sim () não

Explique:

3. Porque você se matriculou no Ensino Médio Politécnico? Explique.

4. O Ensino Médio Politécnico propõe a incorporação da pesquisa no currículo escolar, pois considera que esta possibilita a construção de novos conhecimentos. Você concorda com esta ideia? () sim () não Justifique:

5. Como são as aulas de Seminário Integrado? Explique.

6. Qual a sua opinião a respeito das aulas de Seminário Integrado? Justifique:

7. Quanto à qualidade da educação, que pontos **positivos** podem ser identificados a partir da implementação do Ensino Médio Politécnico? Descreva cada um deles.

8. Quanto à qualidade da educação, que pontos **negativos** podem ser identificados a partir da implementação do Ensino Médio Politécnico? Descreva cada um deles.

9. Em sua opinião, a implementação do Ensino Médio Politécnico pode **melhorar ou piorar** a qualidade da educação no Rio Grande do Sul? () sim () não Justifique.

10. A partir da implementação do Ensino Médio Politécnico houve melhorias na estrutura física da sua escola (equipamentos, internet, biblioteca, espaços para desenvolvimento de projetos, etc.)? () sim () não
Em caso afirmativo (sim) cite estas melhorias.

11. Em termos de estrutura física, o que você considera necessário para uma educação de qualidade no Ensino Médio Politécnico? Explique:

12. O Ensino Médio Politécnico está oportunizando aos alunos a elaboração de projetos pessoais e coletivos que garantem a inserção social e produtiva no mercado de trabalho? () sim () não
Justifique.

13. O Ensino Médio Politécnico entende a pesquisa como um meio capaz de promover a aprendizagem de qualidade, que realmente prepare o aluno para o mundo do trabalho e para a vida em sociedade, instrumentalizando-o para manejar e produzir conhecimento. Qual a sua opinião a respeito desta ideia? Justifique.

14. Qual a sua opinião sobre o Ensino Médio Politécnico? Justifique.

15. Se você pudesse optar por outra modalidade de Ensino Médio, qual das opções abaixo você escolheria?

- () Regular, sem ênfase em qualquer área.
- () Profissionalizante na área agrícola.
- () Profissionalizante na área de comércio ou serviços.
- () Profissionalizante na área de saúde.
- () Profissionalizante na área de magistério.
- () Profissionalizante na área industrial.

Justifique sua resposta:

OBRIGADO POR TER COLABORADO!

Apêndice B - Instrumento de coleta de dados - Professores



Universidade Aberta do Brasil - UAB
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM
Centro de Educação - CE

Curso de Especialização a Distância em Gestão Educacional

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS – PROFESSORES

1. Qual a sua opinião a respeito do Curso de Ensino Médio Politécnico?

2. Qual a sua opinião a respeito da disciplina de Seminário Integrado?

3. Que pontos positivos você pode identificar nesta nova modalidade de Ensino Médio?

4. Que pontos negativos você pode identificar nesta nova modalidade de Ensino Médio?

5. Que investimentos em infraestrutura foram feitos pelo governo do estado com o advento da implementação do Ensino Médio Politécnico?

6. Que investimentos em formação de professores foram realizados pelo governo do es o advento da implementação do Ensino Médio Politécnico?

7. Que investimentos você julga necessários para a implementação do Ensino Médio Politécnico no estado do Rio Grande do Sul?

8. Qual a sua opinião em relação à carga horária de cada disciplina no Curso do Ensino Médio Politécnico? Explique.

9. Qual a sua opinião em relação à carga horária da disciplina de Seminário Integrado? Explique.

10. Você é a favor ou contra a implementação do Ensino Médio Politécnico no estado do Rio Grande do Sul? Justifique sua resposta.

11. Se desejar expressar mais algum ponto de vista ou opinião pode utilizar o espaço abaixo:

OBRIGADO POR TER COLABORADO!

ANEXOS

Anexo A – Grade Curricular 2007 - 2012

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ERNESTO ALVES
TABELA DE ALOCAÇÃO DE TEMPO
VIGÊNCIA: A PARTIR DE 2007

Ensino Médio Diurno Componente Curriculares	Carga Horária						Duração do Período
	1º Ano		2º Ano		3º Ano		
	A	S	A	S	A	S	
Língua Portuguesa	120	3	120	3	120	3	HORAS AULA DE 50 MINUTOS CADA.
Literatura	40	1	40	1	40	1	
Artes	80	2	-	-	-	-	
Educação Física	80	2	80	2	80	2	
Geografia	40	1	80	2	80	2	
História	80	2	80	2	80	2	
Matemática	160	4	160	4	120	3	
Física	80	2	120	3	120	3	
Química	80	2	80	2	120	3	
Biologia	80	2	80	2	80	2	
Psicologia	40	1	-	-	-	-	
Língua Inglesa	80	2	80	2	80	2	
Língua Espanhola	80	2	80	2	80	2	
Ensino Religioso	40	1	40	1	40	1	
Filosofia	-	-	40	1	-	-	
Sociologia	-	-	-	-	40	1	
TOTAL DE HORAS AULA	1000	25	1000	25	1000	25	
TOTAL DE HORAS RELÓGIO	833		833		833		

- Total de dias letivos: 200 dias
- Informática é oferecido de forma diluída em todos os componentes curriculares.
- O aluno opta por uma Língua Estrangeira Moderna.
- O aluno dispensado da disciplina de Educação Física deverá frequentar as aulas de Informática.


 6ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

ESCOLA: Instituto Estadual de Educação Ernesto Alves - Município: Rio Pardo

Tabela de alocação implantada GRADATIVAMENTE com vigência a partir de 2013 - Curso Ensino Médio Politécnico - Curso 3294 - DIURNO

	1ª Série		2ª Série		DURAÇÃO MÉDIA ANUAL OBRIGATORIA DO PERÍODO: 50 min/diurno
	Semanal	Annual	Semanal	Annual	
Linguagens	Língua Portuguesa (03034)	3	120	3	120
	Literatura (08923)	1	40	1	40
	Arte (02020)	1	40	-	-
	Educação Física (02038)	3	120	2	80
Ciências da Natureza	Química (04090)	2	80	2	80
	Física (02410)	2	80	2	80
	Biologia (01368)	2	80	2	80
	História (02704)	2	80	1	40
Ciências Humanas	Geografia (02577)	2	80	1	40
	Filosofia (04693)	1	40	1	40
	Sociologia (04332)	1	40	1	40
	Matemática (03204)	3	160	2	80
Parte Diversificada	Ensino Religioso (02186)	1	40	1	40
	Língua Inglesa (52701)	1	40	1	40
	Língua Espanhola (53147)	1	40	1	40
	Informática (05681)	1	-	1	40
TOTAL:	Seminário Integrado - 69264	3	120	-	-
	L. Portuguesa/Seminário Int. - 94048	-	-	2	80
	E. Física/Seminário Int. - 94102	-	-	2	80
	Matemática/Seminário Int. - 94129	-	-	2	80
Geografia/Seminário Int. - 94242	-	-	2	80	
TOTAL:	30p	1200p	30p	1200p	

APPROVADO

13/3/17

Alves

Anexo B – Grade Curricular 2013 - EMP